

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

LUCIANA BATISTA CORRÊA

**AGRICULTORA FAMILIAR, O CULTIVO DA CEBOLA NO MUNICÍPIO DE
ITUPORANGA E A SAÍDA DO JOVEM DO CAMPO**

Florianópolis

2015

LUCIANA BATISTA CORRÊA

**AGRICULTURA FAMILIAR, O CULTIVO DA CEBOLA NO MUNICÍPIO DE
ITUPORANGA E A SAÍDA DO JOVEM DO CAMPO**

Trabalho de conclusão de curso
Requisito parcial para a obtenção dos títulos
De Bacharelado e Licenciatura em História
Pela Universidade Federal de Santa Catarina

Orientador: João Klug

Florianópolis

2015




UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

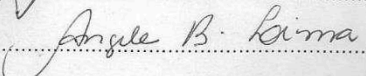
ATA DE DEFESA DE TCC

Aos dez dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze, às quatorze horas, no Laboratório de Migração e História Ambiental do Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo Professor **João Klug**, Orientador e Presidente, Professora **Ângela Bernadete Lima**, Titular da Banca, e Professor **Manoel P. R. T. dos Santos**, Suplente, designados pela Portaria nº 77/TCC/HST/14 do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de argüirem o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica **Luciana Batista Corrêa**, subordinado ao título: “**Agricultura Familiar, o cultivo da cebola no município de Ituporanga e a saída do Jovem do Campo**”. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, a acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo a candidata recebido do Professor **João Klug**, a nota final da Professora **Ângela Bernadete Lima**, a nota final, e do Professor **Manoel P. R. T. dos Santos**, a nota final; sendo aprovada com a nota final A acadêmica deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital ao Departamento de História até o dia dezesseis de julho de dois mil e quinze. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.

Florianópolis, 10 de julho de 2015.

Banca Examinadora:

Prof. João Klug..... 

Prof. Ângela Bernadete Lima..... 

Prof. Manoel P. R. T. dos Santos..... 

Candidata Luciana Batista Corrêa..... 



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que
acadêmico(a) Luciana Batista Garcia matricula
n.º 10103453, entregou a versão final de seu TCC cujo título é
Agricultura Familiar, o cultivo da cebola no Município de Ituporanga
com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa. e a adição do parágrafo do campo.

Florianópolis, 10 de junho de 2015


Orientador(a)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a toda minha família, em especial a minha mãe e meu pai (*in memoriam*) que me ensinaram desde cedo os verdadeiros valores.

AGRADECIMENTO

Agradecer é uma forma de dizer a todos que estiveram a seu lado, como são e como foram importantes nessa fase da vida. Assim sendo quero agradecer em primeiro lugar minha família que me deu suporte emocional, em todos os momentos difíceis.

A meus filhos, Eduardo e Luís Felipe, pela compreensão nos momentos em que estive ausente.

A minha mãe que muito me incentivou durante toda minha vida, em especial nesse momento do término de uma fase tão importante, pela disposição de ser minha motorista pelo interior de Ituporanga.

A meu Marido Ramão, pelo apoio e pelas caronas. Minhas irmãs, Lenice, Lucimar, Leila, Lídia e Sandra, e cunhados pelas conversas que me fizeram seguir em frente.

A meu Orientador João Klug, pela paciência com que me orientou, por suas correções e incentivo.

Agradeço a Universidade Federal de Santa Catarina, por oportunizar essa vivência em ambiente amigável e criativo.

A todos os professores, que foram tão importantes na minha vida acadêmica.

Agradeço a todos os meus colegas do curso de História, pelo ambiente agradável. Em especial minhas colegas companheiras de trabalhos, Maria Luísa, Gabriela, Thays, Zâmbia, Saruê, Raisia, Najra, Julia...

Meu colega de estágio, Gil Karlos Ferri, com quem aprendi a ver as coisas de forma mais leve.

A minha colega Lucimari, com quem dei boas risadas,

A minha amiga Ádria Souza, companheira de todas as horas.

Ao Engenheiro Agrônomo Daniel Schmitt, pelas informações prestadas.

A Nicolau Konh, por compartilhar seus conhecimentos em torno da agricultura familiar.

E por fim, a todos os agricultores que tiraram um tempinho para responder a todos os questionários, fundamental para a conclusão deste trabalho.

CORRÊA, Luciana Batista. **AGRICULTURA FAMILIAR, O CULTIVO DA CEBOLA NO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA E A SAÍDA DO JOVEM DO CAMPO**. 2015.

Trabalho de conclusão de curso (TCC)- Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo identificar os motivos que levam o jovem a deixar o campo. Muitas pesquisas já foram realizadas com esta temática, no entanto, no município de Ituporanga essa questão ainda não havia sido abordada. Como grande produtora de cebola, o município depende da mão de obra jovem, para dar continuidade nas atividades agrícolas, principalmente, o da cebola que depende muito desses trabalhadores. O abandono do campo pelos jovens traz sérias consequências para continuidade da lavoura e para manutenção da produtividade. A saída do campo na região em que predomina a agricultura familiar atinge principalmente as populações mais jovens, em especial as mulheres, no município em questão pode se observar um número muito maior de homens jovens, o que Abramovay, denominou como “masculinização” do campo.

Palavras-chave: agricultura familiar, êxodo jovem, Ituporanga.

ABSTRACT

This study aims to identify the reasons that lead young people to leave the field. Many researches have been carried out with this theme, however, in the municipality of Ituporanga this issue had not been addressed. As a major producer of onion municipality depends on the young workforce, to continue in agricultural activities, especially the onion it depends on a lot of these workers. Abandonment of the field by young people bring serious consequences for continued plowing and maintaining productivity. The output of the field in the region that are mostly family farms primarily affects younger populations, especially women, in the municipality in question can be seen a much larger number of young men, which Abramovay, termed as "masculinization" of the field.

Keywords: family farming, youth exodus, Ituporanga.

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1- Escola Salto Grande 1928.....	25
Imagem 2- Quadro de borboletas.....	27
Imagem 3- A imagem religiosa feita com asas de borboletas da região.....	28
Imagem 4- Mostra da qualidade da cebola.....	31
Imagem 5- Réstias de cebola expostas.....	32
Imagem 6- Casas construídas através do PNHR.....	61
Imagem 7- Casas construídas através do PNHR.....	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Municípios que foram distritos de Ituporanga.....	17
Tabela 2- Mostra os principais produtos cultivados no município de Ituporanga.....	19
Tabela 3- População municipal de Ituporanga 1980 a 2010.....	20
Tabela 4- Mostra da produtividade ao longo dos anos.....	34
Tabela 5- Principais características da agricultura familiar e patronal.....	39
Tabela 6- Número de estabelecimento e áreas ocupadas.....	45
Tabela 7- Agricultores que gostam ou não da atividade agrícola.....	50
Tabela 8- Jovens que pretendem sair ou ficar no campo.....	51
Tabela 9- Escolaridade dos entrevistados.....	52
Tabela 10- Tipo de mão de obra.....	57

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Limites Territoriais do município de Ituporanga.....	17
Mapa 2- Núcleos fundado pela empresa colonizadora	22
Mapa 3- Município de Ituporanga e localidades visitadas.....	47

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Participação por setor.....	19
Gráfico 2- Produtividade da agricultura familiar catarinense.....	42

LISTA DE SIGLAS

AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí

CIRAM Centro de Informação de Recursos Ambientais e de Hidro meteorologia de Santa Catarina.

DAP- Declaração de Aptidão ao PRONAF

ECA- Estatuto da Criança e Adolescente

EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRTER- Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

EPAGRI- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC

EXPOCACE- Exposição Catarinense de Cebola

EXPONACE- Exposição Nacional de Cebola

EPI- Equipamento de Proteção Individual

FAO-Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

FGTS- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA-Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEC- Ministério da Educação

MP- Ministério Público

MTE- Ministério do Trabalho e Emprego

MPT- Ministério Público do Trabalho

NR- Norma Regulamentar

OIT- Organização Internacional do Trabalho

PAA-Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

PNAE-Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNHR- Programa Nacional de Habitação Rural

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROAGRO-Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

PRONATEC- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PGPM- Programa de Garantia de Preço Mínimo

SAF-Secretaria da Agricultura Familiar

SAN- Segurança Alimentar e Nutricional

SC- Santa Catarina

SINTRAF AVI- Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Alto Vale do Itajaí.

SNCR- Sistema Nacional de Crédito Rural

UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – ITUPORANGA: ASPECTOS NATURAIS, SOCIAIS, HISTÓRICOS E ECONÔMICOS.....	16
1.1 Características do município.....	16
1.2 História do Município	21
1.3 Questão de Limites (Palhoça/Blumenau)	23
1.4 Denominação.....	24
1.5 Atividades econômicas	27
1.6 História da cebola.....	28
CAPÍTULO II - AGRICULTURA FAMILIAR.....	33
2.1 Definição de Agricultura Familiar.....	33
2.2 Origens da Agricultura Familiar no Brasil.....	33
2.3 Conceito de ação política.....	36
2.4 Agricultura Familiar.....	37
2.5 Importância da Agricultura Familiar.....	40
2.6 Agricultura Familiar em Santa Catarina.....	41
2.7 Políticas Públicas para Agricultura Familiar.....	43
CAPÍTULO III- ENTRE PERMANECER E SAIR.....	47
3.1 O Jovem no campo.....	47
3.2 Definição de jovens.....	49
3.3 Permanência no Campo.....	50
3.4 Incentivo para permanecer no Campo.....	53
3.5 Fiscalização.....	56
3.7 Programas de incentivo.....	58
3.8 Educação.....	59
Considerações Finais.....	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66
ANEXOS.....	70

INTRODUÇÃO

O município de Ituporanga é conhecido como a capital nacional da cebola, sendo este produto uma das principais fontes de renda dessa região, responsável por empregar grande número de pessoas. Contudo, os agricultores vêm enfrentando diversos problemas relativos à falta de mão de obra, muito relacionado com a saída do jovem do campo. Visando compreender os motivos que levam o jovem a deixar o campo, é que se realizou este trabalho de conclusão de curso. Para essa pesquisa será utilizado a metodologia da história oral, tendo grande importância, pois nos possibilitou ter acesso a informações diretamente com pessoas que vivenciam os problemas enfrentados no campo. Segundo Verena¹ essa metodologia nos permite trazer experiências pessoais, muitas vezes esquecidas.

Nesta pesquisa utilizou-se diversos tipos de fontes, entrevistas com o coordenador do sindicato dos trabalhadores familiares, que forneceu dados importantes a respeito da agricultura familiar no município. Visando obter informações e opiniões diretamente dos jovens, foi elaborado um questionário e aplicado com 60 jovens agricultores no interior do município de Ituporanga, mais precisamente nas localidades de Cerro Negro, Coqueiral, Barragem Sul, Três Barras, Rio Batalha, Rio Novo e Tifa dos Mees. Entre os dias 15 e 27 de outubro. Neste mesmo período aplicamos com a família desses jovens um outro questionário, procurando obter algumas respostas em relação a posse da terra, apoio à permanência dos filhos no campo, bem como as consequências da saída dos mesmos.

Para desenvolver esse trabalho também foram utilizadas documentações oficiais, tais como legislação, principalmente, a relacionada ao trabalho agrícola, censo demográfico, onde percebemos que a população jovem na área rural é cada vez menor. Como apontam os dados pesquisado a atividade agropecuária no município de Ituporanga é uma das maiores geradoras de emprego e renda. Foram utilizados como fonte jornais regionais que nos trouxe uma visão a respeito dos problemas de falta de mão de obra, e problemas com a fiscalização na área rural. Ainda como fonte, buscou-se fazer uma revisão bibliográfica do tema. Os critérios utilizados para a escolha dos jovens, foi a faixa etária entre 16 e 32 anos de acordo com os beneficiários do programa de fortalecimento da agricultura familiar, e os mesmos deveriam trabalhar no cultivo da cebola.

A relevância deste trabalho está na importância que a agricultura familiar tem para Santa Catarina e para o Brasil, seja em relação a ocupação ou produção de alimentos, sendo este setor da área agrícola que produz 84% dos alimentos que chegam as nossas mesas diariamente. A permanência de jovens na agricultura é fundamental para a continuidade das atividades da família.

¹ ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. P.30

Em Ituporanga, foco dessa pesquisa, a saída dos filhos tem feito que famílias diminuam a área plantada especialmente entre produtores de cebolo.

Esta pesquisa está dividida em três capítulos, organizados com o objetivo de responder o tema pesquisado.

No **capítulo I**, aspectos naturais, sociais, histórico e econômico do município de Ituporanga,. a descoberta do potencial da região para o cultivo da cebola, de que forma o produto tornou o município conhecido nacionalmente.

No **capítulo II**, trato de temas relacionados a agricultura familiar. Temas como o conceito de agricultura familiar, importância para o Brasil e para Santa Catarina. Trato também das políticas públicas desenvolvidas para este setor.

No **capítulo III**, trago alguns dos diversos critério para definição de jovem. Bem como o resultado da pesquisa feita com jovens e as famílias (mulheres), e por fim as considerações finais, trazendo os diversos problemas que fazem os jovens a querer deixar o campo.

CAPÍTULO 1

ITUPORANGA: ASPECTOS NATURAIS, SOCIAIS, HISTÓRICOS E ECONÔMICOS.

1.1 CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO

O município de Ituporanga está localizado no Alto Vale do Itajaí e faz parte da Associação dos Municípios do Alto Vale (AMAVI), cidade que é conhecida como Capital Nacional da Cebola², sendo responsável por grande parte da produção catarinense e 12% do abastecimento nacional desse vegetal. O município de Ituporanga foi criado em 30 de dezembro de 1948 pela lei nº247, sendo instalado em 14 de fevereiro de 1949.³ No período em que foi elevado à categoria de município, sua extensão territorial era de 1.114km²⁴, mas ao longo de sua história foi perdendo parte de seu território original com a criação de outros municípios que atualmente fazem parte da “micro- região da cebola”.

Em 1962, o distrito de Imbuia foi elevado à categoria de município⁵. No mesmo ano foi criado o município de Petrolândia. Em 1957, o território Serra do Pitoco, que pertencia ao município de Ituporanga, passa à categoria de distrito de Ituporanga, recebendo então o nome de Atalanta. Já no ano de 1964 cria-se um novo município com mesmo nome⁶ e, por fim, em 1995 Chapadão do Lageado é emancipado do município de Ituporanga.

Depois de todas as emancipações, atualmente o município conta com uma área de 337,263 km². Os limites territoriais são Alfredo Wagner, Atalanta, Aurora, Chapadão do Lageado, Imbuia, Petrolândia.

² Comissão de educação e cultura. Projeto de Lei nº 4.176, de 2012. De autoria do Deputado Rogério Peninha Mendonça. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1052042.pdf>. Acesso em: 19 set.2014

³AMAVI- Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí. Disponível em <http://www.amavi.org.br/perfil&municipio=420850> Acesso em:05 Set. 2014.

⁴ KOCH, Dorvalino; MOMM, João. **Famílias pioneiras de Salto Grande**. Ituporanga:1985 (Joinville: Impressora Ipiranga) 96p.

⁵PREFEITURA Municipal de Imbuia. **Informações gerais do município**: Disponível em: <http://www.imbuia.sc.gov.br>. Acesso em:16 set.2014.

⁶PREFEITURA Municipal de Atalanta. **Informações gerais do município**. Disponível em: <http://www.atalanta.sc.gov.br>. Acesso em:16 Set. 2014.

Mapa 1: limites territoriais do município de Ituporanga.

Fonte: Amavi- Associação dos Municípios do Alto Vale.

Ituporanga ←

Tabela 1- municípios que foram distritos de Ituporanga

Município	Ano de emancipação	Área ⁷
Imbuia	1962	122.806km ²
Petrolândia	1962	306.189km ²
Atalanta	1964	94.256km ²
Chapadão Lageado	1995	125.471km ²

Fontes – AMAVI e Sites das prefeituras. Adaptado pela autora.

⁷ As divisas atuais não são as mesmas do período em que o município tinha sua emancipação

O clima do município de Ituporanga classifica-se como Mesotérmico Úmido, com verões quentes e sem estação de seca definidas. De acordo com estudos realizados pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina e Centro de Informações de Recursos Ambientais e Hidrometeorologia de Santa Catarina (EPAGRI/CIRAM) de Ituporanga, nessa região a precipitação de chuvas é relativamente homogênea ao longo do ano, com um excedente acentuado de água no inverno e menor disponibilidade nos meses de março. As médias mensais variam entre 96mm e 187mm, com média anual de aproximadamente 133,8mm/mês. A temperatura média anual é de 18,1°C, com a maior média nos meses de janeiro 28,7°C, caracterizando um mês típico de verão e as menores médias ocorrem no mês de julho 12,6°C. A altitude média é 360 metros acima do nível do mar.

O município de Ituporanga é banhado pelo Rio Itajaí do Sul, que nasce em Alfredo Wagner das junções dos rios Jararaca, Tigre e Lessa. Esse rio corta a cidade em direção a Rio do Sul, onde vem a se juntar ao rio Itajaí do Oeste para formar o Rio Itajaí-açu^o que ocasiona diversas enchentes na região, sendo as de maiores proporções às ocorridas nos anos de 1983 e 1984 e mais recentemente a ocorrida em 2011, quando diversas cidades foram inundadas, entre elas o município de Ituporanga. O rio também tem grande importância para a agricultura, principalmente para o cultivo da cebola.

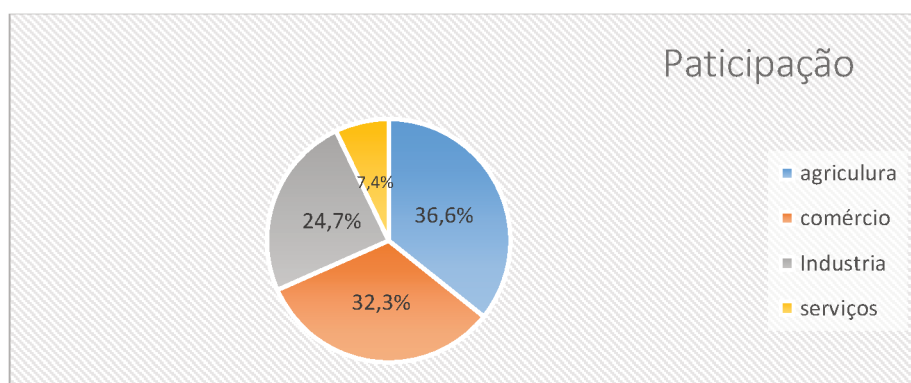
Para Peluso Jr, esse rio também foi muito importante para o desenvolvimento da cidade, pois serviu de “estrada” para os primeiros colonizadores, e mais tarde serviu de guia para a construção de estradas carroçáveis que ligavam Barracão (atual Alfredo Wagner) a Rio do Sul, caminhos percorridos pelos primeiros colonizadores que buscavam novas terras férteis para agricultura.

De acordo com estudos feitos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)⁸, o solo da região é do tipo Cambissolo Háplico, com textura de argilosa a média, propício para o cultivo de diversos produtos agrícolas, entre eles a cebola. A qualidade do solo e o clima são fatores ideais para o cultivo da cebola, cultura que projetou a cidade em cenário nacional e uma das principais fontes de emprego e renda do município.

Além do cultivo da cebola, o município se destaca na produção de milho, feijão, fumo, na criação de aves, suínos e bovinos. A economia do município está baseada principalmente no setor primário, seguido de perto pelo comércio e indústria, como mostra o gráfico a seguir:

⁸ EMBRAPA. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. Brasília: Serviço de produção e informação (SPI/EMBRAPA), 1999.

Gráfico 1- de participação por setor.



Fonte: Dado fornecido pela AMAVI.

A área de produção agrícola do município está distribuída entre lavouras permanentes⁹ e lavouras temporárias, num total de 117,4 km² destinados à plantação, sendo que apenas 0,45 km² são ocupados com lavouras permanentes. O cultivo da laranja abrange uma área de 20 hectares, seguido pela produção da tangerina, esta abrangendo uma área 19 hectares. A uva é cultivada em 05 hectares. Medições atestam que 116,95 km² são destinados a plantações temporárias. Como mostra a tabela a seguir:

Tabela 2 – mostra os principais produtos cultivados no município de Ituporanga.

Produto	Área (ha)	Rendimento por kg/ ha
Cebola	3.350	20.000
Milho	3.200	7.125
Fumo	2.900	2.900
Feijão	1000	1.740
Soja	1000	3.600
Batata inglesa	50	19.000
Mandioca	40	25.000
Batata doce	30	20.000
Tomate	15	55.000

Fonte: IBGE 2012.¹⁰

⁹ Entende-se por cultura (lavoura) permanente a área plantada ou em preparo para o plantio de culturas de longa duração, que após a colheita não necessitassem de novo plantio, produzindo por vários anos sucessivos.

¹⁰ Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=420850&idtema=123&search=santa-catarinalituporangalproducao-agricola-municipal-lavoura-temporaria-2012>.

As propriedades rurais do município de Ituporanga destinadas à agricultura têm áreas inferiores a 50 ha, utilizadas predominantemente para a mão de obra familiar. A média das propriedades destinada para o cultivo da cebola é de 8 ha. e essas propriedades são destinadas ao cultivo de outros produtos ou à criação de animais.

A população do município de Ituporanga, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE 2010¹¹, é de 22.250 habitantes, dos quais 7.418 habitantes vivem na zona rural, sendo que 3.852 são homens e 3.566 são mulheres. 14.832 habitantes vivem na zona urbana, sendo 7.243 homens e 7.589 mulheres.

A saída do campo foi um movimento que ocorreu em muitos países. Santa Catarina também passou por um esvaziamento populacional no campo. Na década 1960, a população rural do Brasil correspondia um total de 68,2% do total. Já na década de 80, houve uma inversão nos números de pessoas que viviam na zona rural e urbana, respectivamente 40,6% e 59,4% em 20 anos o campo perdeu 27,6% de sua população para a cidade. Essa diferença foi aumentando ao longo dos anos, no município de Ituporanga o número de habitantes urbanos veio ultrapassar o número de habitantes que viviam no campo uma década mais tarde em relação ao Estado Santa Catarina.

No Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizado em 1980, o número de pessoas que habitavam a zona rural era significativamente superior ao que viviam na zona urbana. O quadro a seguir traz alguns números que apontam essas mudanças:

Tabela 3- População municipal de Ituporanga 1980 A 2010

ANO/ POPULAÇÃO ¹²	1980	1991	2000	2010
URBANA	5.310	9.804	11.664	14.832
RURAL	11.833	11.348	7.828	7.418
TOTAL	17.143	21.152	19.492	22.250

Fonte. Censo Demográfico do IBGE de 1980, 1991,2000 e 2010.

¹¹ IBGE. Censo demográfico 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 set.2014.

¹² Os dados de 1980 e 1991 incluem o município do Chapadão do Lageado/SC. O fato interessante de se observar, é que o município de Ituporanga tem a população urbana superior a rural, no entanto a principal fonte de emprego e renda ainda está ligado ao campo.

1.2 HISTÓRIA DO MUNICÍPIO

Antes da chegada dos primeiros colonizadores, o território que compreende o hoje município de Ituporanga era habitado por povos Xokleng e Guarani. Foi justamente a presença dessas populações que em 1853, pelo decreto nº 1255 de 8 de novembro cria a colônia Santa Tereza¹³ (Catuíra), localizada entre Desterro, sede da Província, e os campos de Lages.

A colônia cumpria duas funções principais: servir de barreiras às incursões indígenas e de posto de colonização. A intenção era localizar uma população armada capaz de se opor aos selvícolas e garantir as comunicações entre Lajes e o litoral.¹⁴ Nessa colônia eram contratados soldados e colonos para garantir a segurança dos viajantes e das tropas nesse trajeto:

Os colonos se engajavam por determinado tempo, mediante soldo e recebendo um pequeno lote de terra, onde faziam suas próprias plantações de cereais para a própria manutenção. Incumbia-lhes a conservação da estrada e o alargamento e desmatamento das mesmas, e, bem assim, o escoltamento e proteção dos viajantes e tropas na travessia do sertão em direção a Lages contra os frequentes ataques dos bugres.¹⁵

Para Peluso Jr, quando foi construída a estrada “a floresta era densa, e poucos eram os homens que transitavam, e avultado era o número de selvagens que se abrigavam nas matas, sendo no primeiro momento a principal função da colônia, mais tarde a preocupação com a ocupação ficou mais evidenciada”¹⁶.

Os primeiros imigrantes que chegaram em 1890, vindo de outras regiões como São Pedro de Alcântara, Angelina, atraídos pela fama de boas terras e do clima salubre que o local apresentava. No mesmo ano o governo provisório fez contrato com os coronéis Carlos Napoleão Poeta, Emilio Brum e Gustavo Richard, a criação de núcleos agrícolas no Estado de Santa Catarina para fixar colonos imigrantes, no entanto eles transferiram seus contratos para a Companhia de Colonização e Indústria de Santa Catarina. A companhia comprometeu-se com o estado a construir as estradas entre Barracão (atual Alfredo Wagner) e Suerdarm (atual Rio do Sul), aceitando como pagamento terras existentes, as quais deveria colonizar. Em 1902, essa empresa começou a intensificar seus serviços de colonização fazendo medições de lotes e abrindo estradas para a fundação de três novos núcleos coloniais, no Vale do Itajaí do Sul.

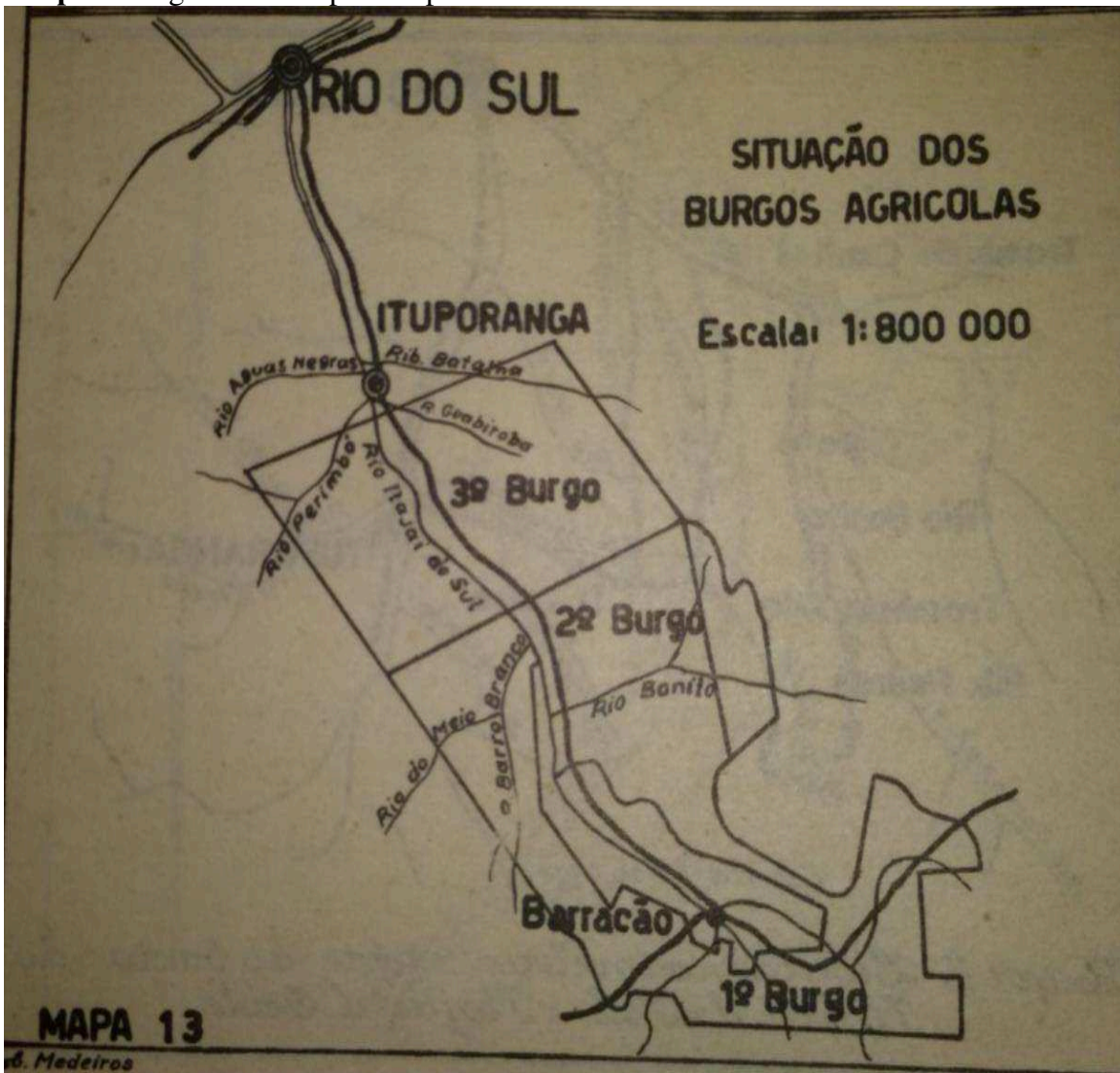
¹³ A colônia militar recebeu esse nome em homenagem a imperatriz Tereza Cristina.

¹⁴ Peluso Junior, Victor A. **cidade de Ituporanga** 1952. P.16

¹⁵ Relato escrito por José Domingues Paglioli, diretor rural da sociedade colonizadora Catarinense S/A – cinquentenário. Apud Sens Aracy Santos, **Ituporanga 100 Anos de História 1912-2012**. P.25.

¹⁶ PELUSO, Op.cit.16

Mapa2: Burgos fundado pela empresa Colonizadora



Fonte: Peluso Junior, Victor A. A cidade de Ituporanga. P.25

As populações que vieram colonizar esses novos núcleos eram provenientes das regiões da Grande Florianópolis. Devido a alguns problemas enfrentados na região, vieram a migrar para uma nova terra, pois os lucros obtidos nas atuais propriedades não eram suficientes para lutar contra a erosão e o esgotamento do solo.¹⁷ Essa corrente veio a se encontrar com outras que subiam o Rio Itajaí-Açu espalhando-se pela região, essas populações eram descendentes dos antigos povoadores da região de Blumenau.

¹⁷ Op. Cit. P.16

1.3 QUESTÃO DE LIMITES (PALHOÇA/BLUMENAU)

Havia uma disputa entre os municípios de Palhoça e Blumenau, que veio a favorecer a criação da cidade de Ituporanga. As divisas foram disputadas, pois Blumenau pretendia que suas divisas fossem em locais diferentes pois essa deveria privilegiar os representantes de Blumenau.

O povoamento que subia de Blumenau ficava em Ituporanga, assim como os que vinham das fronteiras de Florianópolis. O contato entre as duas correntes não foi ocasional, em consequência da localização, e dos homens que comandavam e financiavam a colonização. Os núcleos agrícolas foram contratados por comerciantes de Palhoça e Florianópolis para a abertura de estradas, em troca das terras¹⁸, de grandes extensões de terras que foram divididos em lotes coloniais, e comercializados. Essa corrente deveria chegar a Rio do Sul, no entanto, as terras foram vendidas entre Ituporanga e Rio do Sul, para comerciantes que estavam ligados a Blumenau. Havia na região duas empresas que acreditavam ser proprietários dessas terras.

Devido à grande influência dos representantes ligados a Palhoça, ficou definido que as terras em disputas pertenciam então a esse município. Um dos marcos dessa disputa foi a criação de uma escola em 1919, e essa foi considerada de responsabilidade do município de Palhoça. Essa posse durou aproximadamente três anos, quando a escola passa a pertencer a Bom Retiro.

1.4 DENOMINAÇÃO

O primeiro nome dado ao atual município de Ituporanga foi **Rio a Baixo ou Rio Abaixo da Itajahy**, foi dado pelos primeiros moradores, apesar de nunca ter sido usado oficialmente, no entanto podem ser observadas nas certidões de batismo da época. Esse nome se deve ao fato dos moradores descerem o rio em busca das novas terras, através de picadas abertas que ia costeando o Rio Itajaí do Sul, até chegarem ao local onde fundaram novos núcleos. Em 1919 recebe o nome de **Salto Grande** devido a uma grande queda d'água nas proximidades da região, local da primeira escola.

A imagem a seguir mostra uma das primeiras fotos da escola Salto Grande, essa fotografia foi tirada no ano de 1928:

¹⁸ *Op. cit* P.18

Imagem 1. Escola Salto Grande 1928.



Fonte: Foto exposta no museu do pioneiro. Em Ituporanga – SC.

Após 1922, o médio vale passou de Palhoça, para o recém criado município de Bom Retiro. Em 1923, o governo municipal criava em Salto Grande, o 3º distrito da Paz, com a denominação de “Generosópolis”¹⁹ em homenagem a Generoso Domingos de Oliveira, superintendente do município, e presidente do diretório do Partido Republicano Catarinense. Essa denominação foi apenas usada em carimbo dos correios e documentos oficiais. No entanto, a população continuou a chamar o Local pelo antigo nome: Salto Grande. Como havia outra cidade com mesmo nome, a legislação brasileira não permitia que cidades tivessem nomes iguais, a cidade passou a se chamar Ituporanga em 31 de dezembro de 1943, pelo Decreto- Lei Estadual Nº 941²⁰.

Ituporanga é um nome de origem tupi-guarani, que significa a mesma coisa Salto Grande O topônimo Ituporanga na língua Tupi-guarani significa cachoeira bonita: Ytu= cachoeira, queda d’água; Porang = belo, bonito.

1.5 ATIVIDADES ECONÔMICAS

No início, os primeiros moradores de Ituporanga foram agricultores vindos de outras regiões do estado. No entanto a posição geográfica onde a cidade estava localizada tornou-se propícia ao

¹⁹ KOCH, Dorvalino Eloy. *Ituporanga, Na sua tradição e progresso*. Brusque: Mercurio:1999, P.23

²⁰ SENS, 2012. P.32.

comércio, pois a cidade estava situada entre duas importantes cidades Blumenau e Florianópolis capital do estado. Foi através do comércio que a cidade se desenvolveu, não ficando ligada apenas à agricultura como ocorrido em outros centros urbanos da região. A cidade passou a oferecer bens e serviços que outras comunidades vizinhas não os possuíam²¹. Ituporanga cresceu lentamente, desde os primeiros moradores, para condição de centro comercial. Para continuar se desenvolvendo era indispensável que se aumentasse o número de moradores, para que as trocas comerciais fossem ampliadas. No entanto havia resistência por parte da população à presença dos povos indígenas. A criação da reserva para o aldeamento em Ibirama, aumentando assim sistematicamente o povoamento do homem branco.

Percebendo a situação favorável do local, o primeiro morador montou um pequeno negócio para atender seus vizinhos e os viajantes. Dentre as atividades comerciais que tiveram destaque econômicos na região, o comércio de borboletas, extração de madeira, produção de mandioca, extração do óleo de sassafrás, plantio de fumo em folha, criação de suínos, e produção de cebola.

O comércio de borboletas surgiu nessa região por volta de 1930, quando o alemão Carl Kumberg, começou a comprar borboletas no município, o que aconteceu até 1960²². No início, “a atividade era desenvolvida por crianças e jovens, os rapazes compravam roupas e terno para o casamento, além de um bom cavalo”²³. Às moças era permitido que comprassem roupas melhores, até mesmo equipamento domésticos, como por exemplo a máquina de costura.

Carl Kumberg, interessado em grande quantidade do inseto, ensinou às crianças a forma correta de apanhar as borboletas para que essas não fossem danificadas. O alemão produzia quadros e fundos de bandejas com asas de borboletas, que eram enviados para São Paulo e Rio de Janeiro, a fim de serem remetidos para a Europa²⁴. Com o tempo, essa atividade despertou o interesse das donas de casa, que passaram a plantar em volta da própria casa diversos canteiros de flores para atrair borboletas.

O comércio de asas de borboletas foi se ampliando com o tempo, tendo sido importante fonte de renda para compradores como Norberto Pedro Ludvig. Segundo João Nicolau Sens, o lucro obtido com o comércio de borboletas possibilitou a esse comprador manter e formar os quatro filhos em odontologia e em medicina, todos pela Pontifícia Universidade Católica de Curitiba. Com o aumento da caça predatória juntamente com o desmatamento fez com que o número do inseto diminuísse e essa atividade econômica foi sendo abandonada.

²¹ PELUSO JUNIOR, *op. Cit.* P.21

²² SENS, João Nicolau. FAMILIA SENS: uma história para se contar.2005. P.37.

²³ SENS,2012. Ibidem P.35.

²⁴ SENS 2005.Ibdem P.38

A imagem a seguir é um quadro feito com asas de borboletas e encontra-se em exposição no museu do pioneiro no município de Ituporanga:

Imagem 2: Quadro de borboletas. Doado ao museu do Pioneiro 1997.



Fonte: Museu do Pioneiro Ituporanga –SC. Foto da autora; Out. 2014.

Imagem 3: imagem religiosa feita com asas de borboletas.



Fonte: museu do pioneiro Ituporanga – SC. Foto da autora. Out, 2014.

Durante 1935 e 1960 houve em Ituporanga um grande desmatamento devido a chegada de algumas madeiras, que comercializavam pinheiro, canela, cedro, imbuia, e peroba ²⁵. Segundo Sens, a exploração da madeira gerou o crescimento do comércio local, trazendo muito dinheiro para a região. Foi uma época em que surgiram alguns “novos ricos”.

Outra atividade econômica que teve grande destaque no município, foi a produção de mandioca. A atividade teve seu auge entre os anos 1940 e 1960, período onde se estabeleceram grandes feculares na região. O produto extraído da mandioca era destinado à exportação, mas também utilizado nas tecelagens do Alto Vale. O plantio de mandioca era muito grande no município,²⁶ nos períodos da safra a produção era muito grande, apesar das feculares trabalharem 24 horas por dia, não davam conta da demanda que vinha de municípios vizinhos.

²⁵ SENS, 2005.P.43

²⁶ SENS, 2005.P.45.Ibidem

O período do cultivo da mandioca foi muito bom para os colonos e o comércio em geral. Foi o principal produto gerador de emprego e renda.

A criação de porcos para produção de banha ocorreu entre 1945 e 1960 no município de Ituporanga. Esse tipo de suíno era bastante valorizado nessa época, pois ainda não era comum o uso de óleos vegetais. De forma direta ou indiretamente, a criação do porco está associada ao incentivo ao cultivo da cebola em grande escala, sendo, pois foi em uma das viagens para levar banha que se descobriu, que a cebola da região tinha grande aceitação nos mercados paulistas. “Os primeiros agricultores a cultivar cebola em maior escala foram Antônio Sebold, na localidade de Rio Novo e Vendolino Luckman no Cerro Negro”²⁷. A partir da década de 60, houve um maior incentivo à produção com a entrada de novos compradores, animados pela boa aceitação da cebola do município em outros estados. Além disso, a isenção do ICMS foi um ponto importante para a entrada de novos comerciantes.

No início em que se começou a cultivar cebola em escala comercial, consta que não havia muitos compradores interessados no produto, já que nessa época o produto que dominava o comércio regional era a mandioca.

1.6 HISTÓRIA DA CEBOLA PELO MUNDO

Na classificação botânica científica, a cebola pertence à família das Liliaceae e à espécie *Allium cepa*. Segundo a enciclopédia britânica, a cebola seria originária da região entre o Mediterrâneo Oriental e o Oriente Médio, já para a enciclopédia Mirador internacional, a cebola seria originária da tundra asiática. A cebolinha é a espécie *Allium fistulosum* ou cebola de Gales nativa da China, suas propriedades eram conhecidas desde as épocas muito remotas pelos primeiros habitantes, que as utilizavam como fonte natural de alimento. Outras espécies eram conhecidas em seu estado selvagem, desde a pré-história em muitas partes do mundo, devido a sua facilidade de aclimação.

Esse vegetal era muito apreciado na antiguidade oriental, Assíria, Babilônia, e Egito. A cebola foi encontrada em sarcófagos de faraós, aparecendo também mais tarde em jardins mongóis da Índia e da Pérsia como planta ornamental. Sendo Gregos e Romanos responsáveis por espalhar a espécie pela Europa, a partir daí se espalhou para o novo mundo através das grandes navegações.

Em Santa Catarina, foi introduzida pelos Portugueses, principalmente açorianos. Em relação ao território brasileiro, o produto é conhecido desde o século XVI principalmente na costa. A partir de 1750 a produção se intensificou com a chegada dos açorianos no litoral dos estados catarinense e

²⁷ SENS 2012.op.cit. P.125.

rio-grandense²⁸. A princípio a produção se destinava ao consumo local e, ocasionalmente, abasteciam navios que aportavam no litoral

Para o Alto Vale do Itajaí, foi trazida pelos colonizadores Alemães, que mantiveram contato com os descendentes de portugueses. Quando foi fundada a primeira colônia de imigrantes alemães em São Pedro de Alcântara, partiram os primeiros povoadores do município de Ituporanga, bem como outros municípios da região do Vale do Itajaí e da serra catarinense.

“A origem açoriana/alemã do cultivo de cebola na região de Ituporanga pode ser comprovada pela distribuição geográfica do cultivo no Alto Vale do Itajaí. Somente nos municípios que foram colonizados a partir da corrente migratória de São Pedro de Alcântara, a cebolicultura tem importância econômica. Nos demais municípios da região, que surgiram da expansão da colônia de Blumenau, a produção de cebola não é uma tradição”²⁹.

Segundo Peluso, os primeiros registros do cultivo de cebola com finalidade comercial no Estado de Santa Catarina aparecem na década de 1930, sendo que os primeiros dados estatísticos surgem em 1946, com uma produção de 2.185 t. no estado. Em Ituporanga o produto vem sendo cultivado desde 1935, no início somente como cultura de subsistência, principalmente nas localidades de Rio Novo, Cerro Negro, Rio Batalha. Com condições climáticas e de solo, o plantio foi aumentando gradativamente. Na década de 1960 houve um estímulo com a chegada de novos compradores, devido a boa aceitação que o produto do município tinha em outros estados.

A partir de 1970, começou uma nova fase no cultivo da cebola na região, com uma intensidade bem maior, com a adoção de novas tecnologias, com o preparo mecanizado do solo e a utilização de fertilizantes, dentro do contexto da revolução verde³⁰. Estas inovações fizeram que a produtividade aumentasse, chegando a 10 t/ha na década de 1980. A produção da cebola é direcionada para grandes centros consumidores, sendo o principal destino o estado de São Paulo. Atualmente, Ituporanga é o município que mais produz cebola, sendo declarada a Capital Nacional da Cebola.

Para divulgar o produto, foi organizado em 1974 primeira exposição catarinense da cebola, visando destacar a qualidade da cebola produzida em Ituporanga. O “resultado da exposição foi

²⁸ SCHMITT, Daniel Rogério Engenheiro Agrônomo – Epagri/Estação Experimental de Ituporanga

²⁹ Ibidem. P.3

³⁰ A revolução verde, uma das primeiras iniciativas de modernização do setor rural, após a segunda grande guerra, ocorreu devido à desestabilização do abastecimento de alimentos nos países europeus. A reestruturação deste continente levou ao homem do campo novas tecnologias como sementes melhoradas, uso intensivo de insumos (fertilizantes e defensivos) e vasto emprego da mecanização agrícola. Ocorreu entre 1940 e o final dos anos 1970, procedeu uma série de pesquisas científicas e de soluções de manejo, como o desenvolvimento de variedades de elevada produtividade de cereais ou a expansão de infraestruturas de irrigação e a duplicação da produção global de grãos.

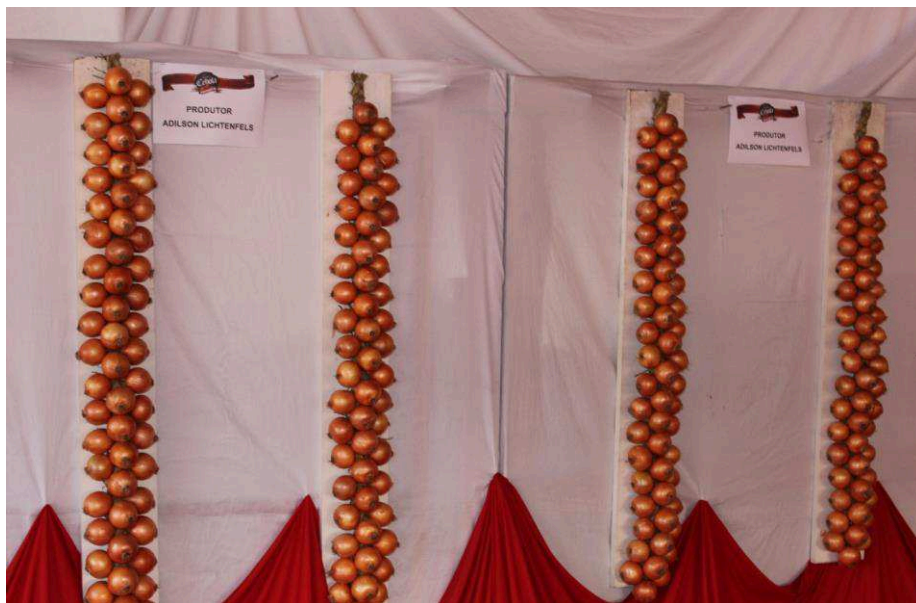
tamanha, que imediatamente começaram a vir para a região compradores de todo o Brasil”.³¹ A Exposição Catarinense de Cebola (EXPOCACE) foi realizada nos anos de; 1974, 1976, 1979 e 1982. Em 1985 devido à grande repercussão fora do estado, foi elevado à categoria de Exposição Nacional da Cebola (EXPONACE). Foi criado o parque nacional da cebola ou como é conhecido popularmente “Parque da Cebola” onde é realizada a festa da cebola, quase todos os anos. O Parque da Cebola fica situado na localidade de Cerro Negro, aproximadamente 7 km do centro da cidade, possui uma área de 265 mil metros quadrados. Atualmente, a festa tem o papel de divulgação do produto da região para outros estados brasileiros e também para o Mercosul, bem como facilitar a divulgação de novos maquinários destinado ao cultivo do produto. Durante a realização da festa, os agricultores que compõem a região produtora de cebola expõem seus produtos, recebendo uma soma em dinheiro, a cebola com melhor qualidade, segundo os critérios adotados pela comissão organizadora da festa.

Imagem5: mostra da qualidade da cebola.



Fonte: foto da exposição de 2014. Acervo da autora.

³¹ SENS. 2012.*op cit.* P101.

Figura 6: réstias de cebola exposta

Fonte: foto da exposição de 2014. Acervo da autora.

Em 1984, outro fator importante que veio auxiliar no desenvolvimento do cultivo da cebola foi a inauguração da Estação Experimental da EPAGRI de Ituporanga, tendo como foco de pesquisa na cultura, trazendo novos tipos de cebola, mais resistente e adequados a cada região. Devido às inovações tecnológicas para o plantio da cebola, a produtividade aumentou significativamente, passando de 10t/h.a na década de 80, para uma média de 25 t/h.a. na safra 2013/14. Ituporanga produziu na última safra 120 mil toneladas, continua sendo o município que mais produz cebola no Brasil.

Tabela 4. Mostra a produtividade ao longo dos anos

Ano	Área h.a	Produção t
1990	6.300	94.500
1991	6.800	91.800
1992	7.820	93.840
1993	6.300	75.600
1994	7.800	93.600
1995	7.000	84.000
1996	6.933	72.969
1997	5.900	70.800
1998	6.000	78.000

1999	6.000	120.000
2000	6.400	160.000
2001	6.100	103.700
2002	6.500	117.000
2003	6.300	119.700
2004	4.800	120.000
2005	4.300	86.000
2006	4.500	108.000
2007	4.600	110.400
2008	4.600	82.800
2009	4.800	120.000
2010	5.040	151.000
2011	4,750	95.000
2012	4.535	87.000
2013	4.300	120.400

Fonte: Dados fornecidos pelo engenheiro agrônomo, Daniel Schmitt. EPAGRI- Ituporanga

Apesar da área plantada ter diminuído no município, a cebola continua sendo o principal produto agrícola da região. Como apresentado na tabela acima, a produção pode variar de um ano para outro, pois a agricultura está sujeita as intempéries, como secas, excesso de chuvas e o granizo. O preço do produto também influencia a área plantada, pois quando a safra dá um bom lucro, a tendência é que no ano seguinte, os agricultores aumentem suas áreas, e até mesmo outros produtores invistam no cultivo da cebola.

Necessitando, assim, cada vez mais da mão de obra de toda a família, e até mesmo de outros trabalhadores, pois o cultivo de forma tradicional necessita de grande número de trabalhadores. Com a saída de filhos e filhas do campo as famílias precisam recorrer a trabalhadores externos, o que encarece muito a produção.

Foi com o objetivo de identificar quais os motivos que levam o jovem a deixar o campo e como isso influencia o cultivo da cebola em Ituporanga. Que realizei esta pesquisa conversando diretamente com os jovens e suas famílias, assunto que trato no terceiro capítulo.

CAPITULO II

AGRICULTURA FAMILIAR.

2.1 DEFINIÇÃO DE AGRICULTURA FAMILIAR.

Grande parte das pequenas propriedades estão dentro do conceito estabelecido pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), não é um termo novo, mas seu uso mais comum é bastante recente. Passou a ter maior visibilidade a partir de 1980 com a criação de fóruns que discutiam os rumos da agricultura no país, período em que o assunto despertou interesse em diversas áreas, tanto no desenvolvimento de políticas públicas que visando o pequeno produtor, como nos meios acadêmicos com discussões em torno do conceito agricultura familiar e suas origens, o novo personagem. As influências de movimentos sociais e sindicais na criação das políticas.

A agricultura familiar passa a ter maior visibilidade em âmbito nacional com a criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995³². O programa desenvolvido pelo Governo Federal, que visava atender os pequenos produtores na questão relacionada ao fornecimento de créditos diferenciados, em relação aos grandes proprietários, que até então eram os principais beneficiados, com linhas de créditos subsidiados.

Nos meios acadêmicos surgem vários trabalhos discutindo o conceito de agricultura familiar, e quem seria esse personagem. Em uma das correntes considera agricultura familiar algo novo, diferente do campesinato. Essa nova categoria foi “gerada no bojo das transformações experimentadas pelas sociedades capitalista desenvolvidas”³³. Já, a outra, defende que a agricultura familiar brasileira é um conceito em evolução.

A primeira corrente: considera que não há significado em buscar as origens históricas do conceito, estabelecendo uma relação com a agricultura camponesa. Esta linha considera a agricultura familiar moderna, “altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais, não pode ser nem de longe

³² Vale ressaltar que muitos fóruns foram realizados até a criação do PRONAF, com um intenso embate entre diversos setores sociais e políticos. GRISA.C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2012.

³³ ALTAFIN. I. G. **Sustentabilidade, políticas públicas e agricultura familiar: uma apreciação sobre a trajetória brasileira**. Brasília: UnB, 2003. 255f. Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável.

caracterizada como camponesa”³⁴, e a agricultura familiar é um novo personagem gestado a partir dos interesses e das iniciativas do estado.

Uma segunda vertente apresentada neste trabalho defende que as mudanças vividas pelos agricultores modernos não representam uma ruptura definitiva com o passado, pois ainda há uma população mantendo as tradições camponesas, aliando a capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade. Wanderley considera essa categoria como uma “categoria genérica”³⁵ um conceito em evolução, que reúne formas particulares da agricultura familiar, sendo o campesinato uma dessas formas. Para a autora, os estudos sobre a agricultura familiar os vê como um novo personagem, rompendo totalmente com o camponês tradicional, assumindo a condição de agricultor moderno.³⁶ Wanderley contesta essa ruptura total entre o agricultor familiar moderno e o camponês, que mesmo inserido no mercado, tendo que se adaptar às exigências do mercado, ainda mantém muitos traços do camponês: “isso porque ainda tem que “enfrentar” os velhos problemas, nunca resolvidos, [...] fragilizada, nas condições da modernização brasileira, continuar a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças”.³⁷

Dentro dessa linha defendida por Wanderley, de que a agricultura não é algo exatamente novo, mas sim uma categoria que foi se aperfeiçoando, aproveitando as políticas desenvolvidas para este setor, atendendo exigências da vida moderna, mantendo o *ethos* camponês, que pretendo seguir.

2.2 ORIGENS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Nos dias atuais, o termo “agricultura familiar” é razoavelmente bem conhecido, no entanto ainda é bastante comum ouvir termos como “pequeno produtor”, “campesinato”, e “pequena produção” referindo-se à agricultura familiar. Todas essas categorias servem para distinguir a categoria familiar com a patronal.

O princípio da agricultura familiar está relacionado ao emprego da mão de obra familiar, e desde a chegada dos portugueses no Brasil já foram observadas essa forma de produção desse tipo.

³⁴ ABRAMOVAY, Ricardo, **paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo:HUCITEC,1992. P.21

³⁵ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidades. Porto Alegre Editora UFRGS, 2009. P.156

³⁶ Ibidem P.155.

³⁷ Ibidem P.180

Iara Altafin³⁸ em sua Tese de Doutorado aponta alguns grupos que considera estar na origem da nossa agricultura familiar: índios, escravos africanos, mestiços, brancos não herdeiros e os imigrantes europeus. Os primeiros a produzirem alimentos foram os povos indígenas, sendo eles os primeiros fornecedores de alimentos aos portugueses quando aqui chegaram. De acordo com Amaral:

À época do “descobrimento” os ameríndios já eram agricultores, já cultivavam quase todas as espécies que constituíram objetos de atividades agrícolas durante o período colonial, com exceção da cana-de-açúcar e do trigo, única contribuição dos portugueses.³⁹

Os povos indígenas já desenvolviam a agricultura de todos os principais produtos que eram consumidos por seus grupos e também pelos portugueses. Os principais produtos cultivados por essas populações eram milho, mandioca, batata doce, abóboras, entre outros.

Um segundo grupo que está diretamente ligado às origens da agricultura familiar é o dos negros escravos. Segundo Cardoso⁴⁰, esses são os principais representantes da brecha camponesa, sistema em que eram distribuídos pequenos lotes de terra para escravos não-domésticos para que esses juntamente com a família produzissem seu próprio alimento, com chance de que com a venda do produto excedente conseguissem comprar sua alforria. Para Reis, a brecha camponesa era um mecanismo de controle e manutenção da ordem: “Ao ceder um pedaço de terra em usufruto e a folga semanal para trabalhá-la, o senhor aumentava a quantidade de gêneros para alimentar a escravaria numerosa e, ao mesmo tempo, fornecia uma válvula de escape para as pressões resultantes da escravidão”.⁴¹

O terceiro grupo importante na origem deste segmento é o imigrante europeu, que recebia incentivos do governo brasileiro para sua vinda. Segundo Furtado⁴², no início da imigração, o governo fornecia passagens e terras para que os imigrantes viessem para o Brasil. Mais tarde com a abolição da escravidão, e a demanda por mão de obra, os fazendeiros passaram a fornecer passagens

³⁸ ALTAFIN, I. G. **Sustentabilidade, políticas públicas e agricultura familiar: uma apreciação sobre a trajetória brasileira**. Brasília: UnB, 2003. 255f. Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável.

³⁹ AMARAL, Luís. **História geral da agricultura brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958 volume 1. P.114. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/historia-geral-da-agricultura-brasileira-v1/pagina/114/texto>. Acesso em 03/mar/2015.

⁴⁰ CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravo ou camponês? Protocampesinato Negro nas américas**. São Paulo: Brasiliense, 1986.p.54

⁴¹ REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito; a resistência negra no Brasil**. 2ª edição. São Paulo. Editora companhia das letras, 2005. P.28.

⁴² FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia editora nacional, 1999.P.122 125.

para famílias de imigrantes, que deveriam ser pagas em forma de trabalho, na chegada recebiam um pequeno lote de terra para produzirem seu alimento.

2.3 CONCEITOS DE AÇÃO POLITICA

Para Schmitz e Motta, os conceitos utilizados para definir as atividades agrícolas ao longo da história, foram considerados categorias de ação política, pois em cada época foram usados conceitos diferentes para trabalhadores rurais que não pertenciam a agricultura patronal. Primeiro tivemos o camponês, em seguida veio o pequeno produtor, atualmente usamos o conceito de agricultura familiar.

Para os autores, o campesinato teve sua formulação original no Brasil a partir dos anos 50, incorporando uma diversidade das populações que viviam no campo, conquistando uma maior visibilidade. “O campesinato foi associado a um conteúdo político-ideológico e o conceito oposto foi o do latifúndio”⁴³. Com o crescimento das lutas no campo e o envolvimento dos partidos de esquerda, ocorre a politização do conceito de “camponês” “dando uma unidade conceitual a uma grande diversidade de forma de acesso à terra (meeiros, parceiros, sem-terra, etc.), e tomando corpo com uma identidade política fundamental às lutas agrárias”⁴⁴. Essa unidade fortalecia as lutas dos movimentos sociais, apoiados pelos partidos de esquerda no Brasil, que defendiam ampliação dos direitos trabalhistas ao campo e, principalmente, a reforma agrária.

Neste sentido, as ligas camponesas tiveram papel importante, sendo responsáveis pela mobilização de grande número de trabalhadores rurais e urbanos, na busca de garantir direitos trabalhista e a reforma agrária.

Buscando acalmar os movimentos no campo, cria-se o Estatuto da Terra garantindo-lhes os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos, no entanto o que parecia ser uma solução, agravou-se ainda mais. “Esta nova legislação, se aplicada corretamente elevaria muito o custo do trabalhador residente; em caso de demissão, previa o pagamento de indenizações trabalhistas, e indenização pelas benfeitorias eventualmente realizada” tornando-se menos atrativos para as elites agrárias a manutenção de trabalhadores fixos nas fazendas. Optando se, assim, pelos trabalhadores temporários que eram mão de obra barata e não teriam tantas obrigações com estes. Com a substituição de arrendamento ou de parcerias por boias-frias, acentuou-se os problemas agrários, aumentando ainda mais as reivindicações pela reforma agrária, contrariando os interesses das elites.

⁴³ SCHIMITZ, H; MOTA, D.M. **Agricultura familiar, elementos teóricos e empíricos.** (in) Shimitz (orgs) São Paulo: Annablume 2010. P.28

⁴⁴ Idem P.29

Durante o governo ditatorial, houve uma forte perseguição aos partidos de esquerda que apoiavam os movimentos do campo, principalmente levando a extinção das ligas camponesas, com isso o campesinato teve seu espaço reduzido. Foi durante o governo militar, com a implantação de um novo modelo para a agricultura, “investindo sobretudo na modernização tecnológica”⁴⁵, priorizando principalmente a agricultura de exportação, que recebiam do governo subsídios para compras de equipamentos, e tinham acesso ao crédito com juros baixos, deixando os pequenos proprietários à margem desses benefícios. Isso fez com que muitos desses agricultores deixassem o campo, partindo para centros urbanos em busca de oportunidades melhores, aumentando, assim, a pobreza e inchando as favelas de pessoas desempregadas.

Buscando frear o grande fluxo migratório, vindo principalmente do nordeste brasileiro, o governo implanta os primeiros assentamentos no norte do país “onde buscou levar famílias de pequenos produtores nordestinos, numa tentativa de desviar o fluxo migratório então direcionado a São Paulo”.⁴⁶ Os assentados nos projetos da reforma agrária foram enquadrados na categoria de *pequenos produtores*, que a partir dos anos de 1970 passam a substituir o conceito campesinato, que tinha um forte apelo político.

No final dos anos de 1970 e início dos anos 1980, observa-se uma polarização do conceito de pequena produção, sendo dividido em *pequena produção integrada* e *pequena produção excluída da integração*. Onde, hoje, busca-se diferenciar quem se encaixa dentro do sistema da agricultura familiar. No primeiro caso estavam todos aqueles agricultores de características familiares que se integram ao processo produtivo ditados pela agroindústria e ao mercado.

No segundo caso, permaneciam à margem da modernização a agropecuária brasileira. “os primeiros estavam a caminho de sua total proletarização, pois seriam trabalhadores para o capital, a integração à agroindústria era analisada como forma disfarçada de assalariamento, dado o grau de controle e poder da agroindústria e a falta de autonomia do agricultor”⁴⁷. Acreditava-se que o espaço no campo seria bastante reduzido para o agricultor não integrado, e seria questão de tempo para que esse agricultor partisse para grandes centros urbanos, aumentando ainda mais o êxodo rural.

2.4. AGRICULTURA FAMILIAR

Com o processo de redemocratização do país em meados da década 1980, ressurgem os movimentos sociais camponeses, alguns com representação nacional, outros apenas local. Os

⁴⁵ Momento em que surge a EMBRAPA, da implantação do modelo de transferência de tecnologia no Brasil.

⁴⁶ ALTAFIN 2007.P.12

⁴⁷ Idem. 13

movimentos sindicais se unem em torno da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, a entidade passa a ter mais destaque em âmbito nacional, passando a reivindicar políticas específicas para o setor. Pressionado por diversas organizações ligadas ao campo, o governo coloca em pauta debates sobre a condição dos pequenos produtores, como resultados das pressões feitas temos a criação de políticas voltadas exclusivamente para pequenos produtores.

Em meados da década de 1990, começam a aparecer políticas destinadas especificamente para esta categoria, momento em que o conceito de *agricultura familiar* ganha legitimidade social, política e econômica. Incorporando uma grande diversidade de produtores familiares, opostas à categoria da agricultura patronal.

A criação do PRONAF se deu devido às fortes pressões dos movimentos sociais e sindicais ligados ao campo, sendo o PRONAF considerado a primeira política exclusiva para a agricultura familiar, oferecendo principalmente linhas de créditos a boa parte dos agricultores que estavam esquecidos pelas políticas públicas.

Estudos realizado entre 1996 e 1999 (Food and Agriculture Organization). Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária FAO/INCRA, serviram para definir quem seria o agricultor familiar, principalmente quem seriam os beneficiários dessas linhas de créditos oferecido pelo Governo Federal. De acordo com esses estudos ficou definido as três características centrais para definir a agricultura familiar.

a) A gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida por membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

Esse estudo foi realizado com base nos dados fornecido pelo IBGE de 1995/96. Esse serviu de base para elaboração do PRONAF, bem como a construção do conceito atual de agricultura familiar que orienta as ações do estado, ligadas principalmente ao crédito, há muito reivindicado por essa parcela de trabalhadores rurais. Considerando que esses dados não traziam ainda a distinção entre agricultores, apenas identificando em rurais e urbano.

Muitas foram as tentativas de encontrar um caminho que conseguisse dar conta de caracterizar de forma satisfatória o agricultor familiar, devido a sua grande diversidade. De acordo com INCRA/FAO

Nenhuma delas é inteiramente satisfatória, em parte porque o comportamento e a racionalidade dos vários tipos de produtores respondem a um conjunto amplo e complexo de variáveis com peso e significado diversos de acordo com o contexto,

e em parte devido às dificuldades de aplicação empírica de tipologias conceituais que levam em conta um número grande de variáveis.⁴⁸

Uma das preocupações desse estudo foi diferenciar agricultores familiares dos não familiares, buscando classificar os produtores a partir das condições básicas do processo de produção “O universo familiar foi caracterizado pelos estabelecimentos que atendiam, simultaneamente às seguintes condições: a) a direção dos trabalhos do estabelecimento era exercida pelo produtor; b) o trabalho familiar era superior ao trabalho contratado”⁴⁹.

Ainda de acordo com esse estudo ficou estabelecido uma área máxima para cada região do país, cujo objetivo era evitar que grandes latifúndios fossem incluídos no universo da agricultura familiar, com isso se beneficiassem das políticas desenvolvidas para esse setor.

Para Guanziroli, a delimitação do universo dos agricultores familiares dos produtores patronais, nenhuma metodologia é totalmente satisfatória, não está livre de um certo grau de arbitrariedade. “ em geral o corte original- ser ou não ser agricultor familiar – é feito tomando-se como variáveis básicas a utilização de mão de obra familiar”. O quadro a seguir traz uma comparação entre agricultura familiar e patronal.

Tabela 5: modelos e principais características da agricultura familiar.

Agricultura Patronal	Agricultura Familiar
-Total separação dos fatores gestão e trabalho	-Gestão e trabalho intimamente ligados
- Organização centralizada	-Processo produtivo dirigido diretamente pelo produtor.
-Ênfase na especialização	-Ênfase na diversificação
-Ênfase em práticas agrícolas padronáveis	-Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida.
-Predomínio do trabalho assalariado	Trabalho assalariado apenas complementar.
-Tecnologias direcionada apenas a eliminação de decisões de “terreno” e de “momento”.	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.
-Ênfase no insumo comprado	Ênfase no uso de insumos internos.

Fonte: FAO/INCRA 1994.

⁴⁸ INCRA/FAO. Novo retrato da agricultura: O Brasil redescoberto. Brasília: MDA, 2000.P. 10. Disponível em: <http://www.faser.org.br/anexos/Retratodaagriculturafamiliar.pdf>. Acesso em 20/mar/2015.

⁴⁹ Idem p.11.

Essas definições servem de base para as políticas públicas, principalmente as relacionadas ao crédito, como já foi mencionado anteriormente. Buscar uma definição que consiga dar conta da grande diversidade apresentado no meio rural não é uma tarefa fácil, sendo necessário um estudo contínuo. Em 2006, o censo agropecuário adota uma nova metodologia, diferente das utilizadas anteriormente para esse fim. Os dados contidos no censo agropecuário de 2006 estão de acordo com o estabelecido “Lei 11.326 de 24 de junho de 2006”⁵⁰; que considera agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural e atende simultaneamente aos seguintes requisitos:

- I – Deter área não superior a quatro módulos fiscais;
- II – utilizar predominantemente mão de obra familiar na execução das atividades agropecuárias;
- III – ter renda predominantemente do estabelecimento agropecuário;
- IV- Dirigir o estabelecimento contando com a participação da família.

Os critérios adotados nesse censo são mais restritivos, no entanto estão de acordo com o que entendemos como agricultura familiar. Em um sentido geral, os critérios utilizados pelo estudo FAO/INCRA são mais amplos na abrangência em relação ao universo delimitado pela Lei da Agricultura Familiar.

2.5 A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR

De acordo com o censo agropecuário de 2006, a agricultura familiar é responsável pela produção da maior parte dos alimentos que abastecem a mesa dos brasileiros. Foram identificados um total de 4.367.902 estabelecimentos de base familiar, representando 84,4% estabelecimentos brasileiros, esse grande contingente de agricultores ocupavam uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários. Os estabelecimentos não familiares representavam 15,6% do total de estabelecimentos e ocupavam 75,7% da área ocupada. Outro dado importante destacado no censo é a geração de empregos no campo. A agricultura familiar mantém 12,3 milhões de pessoas ocupadas no campo, o que corresponde a 74,4% de todos os empregos na área rural. Já o agronegócio mantém um total de 4,2 milhões de pessoas ocupadas, apenas 25,3% dos empregos no campo.

⁵⁰IBGE 2006 Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf. Acesso em 20/mar/2015.

Esses números significam que 7 de cada 10 empregos no campo são gerados pela agricultura familiar. Outro ponto importante que devemos destacar diz respeito à produção de alimentos e à segurança alimentar do país, a agricultura familiar é responsável pela produção de:

Produziam 87,0% da produção nacional de mandioca, 70,0% da produção de feijão (sendo 77,0% do feijão-preto, 84,0% do feijão-fradinho, e 54,0% do feijão de corda), 46,0% do milho, 38,0% do café (parcela constituída por 55,0% do tipo robusta ou conilon e 34,0% do arábica), 34,0% do arroz, 58,0% do leite (composta por 58,0% do leite de vaca e 67,0% do leite de cabra), possuíam 59,0% do plantel de suínos, 50,0% do plantel de aves, 30,0% dos bovinos, e produziam 21,0% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a da soja (16,0%), um dos principais produtos da pauta de exportação brasileira.⁵¹

De acordo com os dados fornecidos pelo censo agropecuário podemos perceber como este setor é fundamental para o garantir o sustento de milhões de pessoas, sendo responsável por 70 % da produção nacional de alimentos, fundamental na geração de emprego e a ocupação de 74% de toda mão de obra do campo, responsável por 10% do produto interno bruto do país

2.6 AGRICULTURA FAMILIAR EM SANTA CATARINA

Os dados fornecidos pelo censo agropecuário de 2006 mostram como a agricultura familiar é muito expressiva no estado de Santa Catarina. O total de estabelecimentos agropecuários existentes em Santa Catarina é de 193.663, mais de 168 mil foram classificados como sendo de agricultores familiares, atingindo um total de 87%. Esses valores fazem do estado um dos maiores percentuais de agricultores familiares do Brasil. A tabela a seguir apresenta o número de estabelecimento de agricultura familiar e não familiar, bem como as áreas ocupadas por cada um dos seguimentos:

Tabela 6. Número de estabelecimento e área ocupadas

Tipos de agricultura	Estabelecimento agropecuário		Área total (ha)	
	Número	%	Número	%
Familiar	168.544	87	2.645.088	44
Não familiar	25.119	13	3.395.047	56
Total	193.663	100	6.040.134	100

Fonte: IBGE.2006

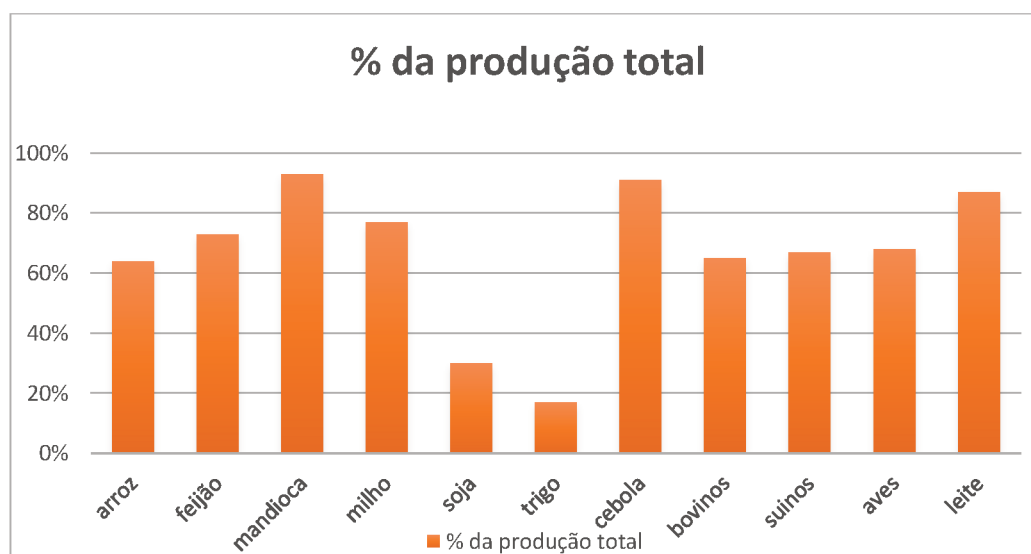
⁵¹ IBGE. Censo agropecuário 2006, p.20.

Em termos de área total, pode se observar que no estado a grande maioria dos estabelecimentos familiares detém apenas 44% da área total, já os agricultores não familiares, representado por 13% do total detém 56% da área. Os dados indicam que no meio rural catarinense há uma grande desigualdade em relação a distribuição e posse de terras.

O número total de pessoas ocupadas no setor agropecuário catarinense é de 571.576, dos quais 468.892 trabalhavam na agricultura familiar, representando 82% das pessoas economicamente ativas. Sendo o setor familiar fundamental na manutenção e ocupação no meio rural, apesar da mecanização, o número de trabalhadores ainda é bastante elevado. Enquanto a agricultura não familiar corresponde apenas 18% de pessoas ocupadas, sendo a produção neste caso com o uso de maquinários.

Outro ponto importante a ser tratado, é em relação a expressiva participação da agricultura familiar na produção de gêneros alimentícios, como no caso da mandioca, milho, arroz, cebola e feijão. Os dados no gráfico a seguir foram obtidos através do censo agropecuário de 2006 e cartilha do PRONAF-SC⁵².

Gráfico2: produtividade da agricultura familiar catarinense.



Fonte: censo agropecuário 2006 e Cartilha PRONAF- SC adaptado pela autora.

Vale destacar no gráfico acima o percentual da produção da cebola, que atinge 91% do total produzido em Santa Catarina. Sendo bastante significativo o uso da mão de obra familiar, neste sentido, torna-se fundamental o trabalho de jovens agricultores, e o abandono do campo por essa

⁵² PLANO NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR. O Pronaf e a agricultura familiar catarinense. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 2002. P 12

parcela da população rural, dificulta a produção desse e de outros produtos que dependem dessa força de trabalho.

2.7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR

A relevância deste setor para a geração de renda e produção de alimentos é inegável, mas apesar de estar presente desde o período colonial, a agricultura de base familiar ficou sempre relegada ao segundo plano, pois as políticas públicas anteriores visavam principalmente os grandes proprietários. O resultado de políticas que visavam a modernização do campo foi o aumento do número de pequenos produtores endividados. Muitos perderam terras e outros tantos migraram para as grandes cidades.

Segundo Graziano da Silva, as políticas de modernização⁵³ beneficiaram principalmente as regiões sul e sudeste. Mas foi a partir de 1995, com a criação do PRONAF, que este seguimento tornou-se reconhecido, graças às reivindicações dos movimentos sociais e sindicais por políticas diferenciadas para a agricultura familiar. Após a criação do PRONAF, outras políticas foram sendo aperfeiçoadas visando contemplar um número maior de agricultores, ligadas ao financiamento, tais como:

- **PRONAF Agroindústria** (1998), destinado a agricultores familiares enquadrados nos grupos A,A/C, B, e cooperativas, associações e empreendimentos familiares rurais. O Financiamento serve para a implantação, ampliação, ou modernização de pequenas e médias agroindústrias familiares. Para pessoas físicas chega até R\$ 150.000,00, para empreendimento familiar até R\$ 300.000,00 Coop./Associações, com juros variando de 1 a 2% ao ano.
- **PRONAF Floresta** (2002), Linha de financiamento destinada a implantação de sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal; recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva

⁵³ Em termos de política agrícola, sua atuação concentrou-se em cinco instrumentos principais: financiamento da produção por meio da institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), garantia de preços e comercialização através da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), transferência de tecnologia e assistência técnica pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), inovações tecnológicas promovidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), e garantia de seguro agrícola por meio do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO). Foram adotadas para aumentar a produção e a produtividade da agropecuária brasileira (Graziano da Silva, 1999).

legal e recuperação de áreas degradadas; enriquecimento de áreas que já apresentam cobertura florestal diversificada, com o plantio de uma ou mais espécies florestais, nativas do bioma.

- **PRONAF Agroecologia** (2003), destinados a agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B. tem por objetivo financiar os sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, individualmente cada agricultor pode financiar até R\$ 150.000,00, com juros de 1% ao ano e prazo de até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência.
- **PRONAF Mulher** (2003), tem como público alvo Mulheres agricultoras, independente do estado civil, integrantes de unidades familiares enquadradas no Grupo Renda Variável. Tem como finalidade o financiamento de infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários no estabelecimento rural de interesse da mulher agricultora. O limite individual é até R\$ 150 mil, com juros de 2% ao ano, com prazo de 10 anos para pagar e 3 anos de carência
- **PRONAF Jovem** (2003), tem como público alvo jovens agricultores e agricultoras familiares com idade entre 16 anos e até 29 anos. Tem como finalidade o investimento na infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários no estabelecimento rural de interesse do jovem agricultor, o limite de crédito é até R\$ 15.000,00, podendo ser realizado até 3 operações com juros de 1% ao ano.
- **PRONAF Semiárido** (2003), público alvo, são Agricultores familiares enquadrados nos Grupos A, A/C, B e Renda Variável. Tem como finalidade o financiamento de projeto de convivência com o semiárido, priorizando a infraestrutura hídrica. Com limite de crédito até R\$ 18.000,00, com juros de 1% ao ano, e prazo de 10 anos para pagamento.
- **PRONAF Eco** (2007), destinado a agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e renda variável. Financiamento para projetos: os tipos de projetos focados por esta linha estão: - implantar, utilizar, recuperar ou adotar: • tecnologias de energia renovável • tecnologias ambientais • armazenamento hídrico • pequenos aproveitamentos hidroenergéticos. Com valor individual até R\$ 80.000,00 por beneficiário, e juros de 1% ao ano.
- **Mais Alimentos** (2008) financia projetos de investimento, entre eles: aquisição de tratores, máquinas, veículos de transporte, implementos agrícolas e matrizes, formação de pastagens, correção do solo, implantação de pomares, estufas e irrigação, para produção, armazenagem e transporte de alimentos, entre outros. Se destina a agricultores familiares que possuem, no mínimo, 70% da renda da unidade familiar.

Todas as categorias estavam dentro do que se passou a chamar de Pronafinho, ligadas a linhas de crédito específicos para cada categoria, com o benefício de possibilitarem menores taxas de juros anuais.

Um dos programas que se diferencia dos anteriores não está relacionado a crédito, o Programa de Aquisição de Alimento (PAA), criado em 2003, “ação estruturante do Fome Zero, o qual compra alimentos produzidos pelos agricultores familiares com ações de Segurança Alimentar e Nutricional, (SAN)”⁵⁴. Trata-se da interseção entre elementos da política agrícola e da política de segurança alimentar, onde o governo federal compra os alimentos da agricultura familiar e distribui às pessoas em vulnerabilidade social e para restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos, e as escolas da rede pública através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Através da Lei nº 11.947/2009 determina-se que pelo menos 30% dos recursos repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para compra de produtos da agricultura familiar.

Como mencionado anteriormente, a construção do PRONAF foi sustentada pela importância da agricultura familiar “na produção de alimentos e na geração de empregos no Brasil, mesmo esta categoria tendo sido ignoradas pelas políticas públicas anteriores”⁵⁵. Dentro das categorias destacadas acima trataremos de uma bastante relevante para essa pesquisa. Trata-se do PRONAF jovem, é uma iniciativa do governo federal para incentivar a permanência do jovem no campo. O programa oferece uma linha de crédito especial para jovens que fazem parte da agricultura familiar. Essa linha de crédito é destinada a agricultores familiares com idade entre 16 e 25 anos que estejam cursando o ensino médio ou profissionalizante voltados para as atividades agropecuárias.⁵⁶ Os beneficiários podem utilizar até 6 mil reais, com taxa de 1% ao ano, podendo ser pago em 10 anos com carência de três anos. Outra política desenvolvida que visa o público jovem está o Programa Nossa Primeira Terra onde o governo federal oferece uma linha de crédito para que os jovens sem-terra entre 18 e 24 anos possam comprar sua própria e tornarem-se independentes e permanecerem no campo.

É inegável que as políticas públicas desenvolvidas para a agricultura familiar foram grandes avanços para este setor da economia. Apesar disso, há ainda muitos problemas a serem resolvido, pois o PRONAF é um programa que vai se aperfeiçoando para atender as necessidades

⁵⁴ Ver Tese Cátia Grisa, políticas públicas para agricultura familiar no Brasil: Produção e institucionalização das ideias. 2012.P.20.

⁵⁵ Idem p.146

⁵⁶ MCR: manual de crédito rural coletânea de normativas de interesse da agricultura familiar. (Org) secretaria de políticas agrícolas (CONTAG). Brasília 2012. P. 36.
Disponível: http://www.fetaep.org.br/Agricola/DAP/mcr10_jan2012.pdf. Acesso em 18/mar/2015.

da grande diversidade de agricultores nas diversas regiões do país. Pode-se perceber que mesmo com todo o incentivo para os jovens não é o bastante para que esses queiram permanecer no campo, como foi relatado também nas entrevistas feitas com jovens da região do Alto Vale do Itajaí, mais precisamente do município de Ituporanga, e que serão assunto do próximo capítulo.

CAPÍTULO III

ENTRE PERMANECER OU SAIR

3.1 O JOVEM NO CAMPO

Um dos dilemas enfrentados por muitos jovens que trabalham no campo são as questões que influenciam sua saída em busca de oportunidades em centros urbanos. Para melhor discutir isso, foram elaborados questionários que foram aplicados a 60 jovens do município de Ituporanga, nas localidades de Rio Novo, Cerro Negro, Rio Batalha, Três Barras e Rio do Norte, Coqueiral, Tifa dos Mees, no período de 15 a 27 de outubro de 2014. O mapa a seguir traz a posição das localidades visitadas na coleta de dados para essa pesquisa:

Mapas 3: município de Ituporanga e localidades visitadas.



FONTE: Prefeitura municipal de Ituporanga.⁵⁷

No mapa anterior trago destacadas as localidades em que visitei para coletar dados para essa pesquisa. 10- Barragem Sul; 13- Cerro Negro; 16- Três Barras; 17- Coqueiral; 22- Rio Batalha; 27- Rio Novo; 31- Tifa dos Mees.

⁵⁷ Disponível em: <http://www.ituporanga.sc.gov.br/cidade/historia.html>. Acesso em 30/mar/2015.

Utilizo uma entrevista feita com o coordenador do Sindicato da Agricultura Familiar do Alto Vale, que traz sua opinião a respeito dos motivos que levam o jovem a deixar o campo e também o que está sendo realizado no campo político para incentivar a permanência no campo. Também foi feita uma entrevista com uma mulher agricultora que aponta a dificuldade de se manter no campo, principalmente com a migração dos filhos.

Sendo a região conhecida como produtora de cebola, com uso de mão de obra predominantemente familiar, o êxodo jovem nessa região ainda é muito grande. Diante do questionário fica visível que muitos desses jovens, principalmente do sexo masculino gostam do trabalho na agricultura, no entanto não pretendem ficar no campo por não ver futuro na atividade, acreditando que na cidade terão melhores oportunidades.

No caso das mulheres, a maioria não gosta da atividade agrícola, e não pretende continuar no campo, vale ressaltar também que em nossa aplicação de questionário encontramos um número bem menor de moças em relação a número de rapazes trabalhando na agricultura. Ainda constatamos que agricultores que trabalham de “rendeiros”, “meeiros”, 80% dos entrevistados não incentivam os filhos a permanecer no campo, já entre os proprietários de terras, há uma porcentagem bem maior que querem que os filhos deem continuidade às atividades agrícolas.

Outro ponto a ser destacado é a faixa etária e o grau de instrução dos jovens entrevistados. Quanto mais jovem, menor é a intenção de ficar no campo. Muito dos pais atribuem esse desinteresse à legislação que está sendo aplicada no campo, pois no entendimento dos pais conforme a senhora Ana Paula:

a agricultura está sendo muito afetada, pois não podemos mais ensinar nossos filhos a trabalhar, porque menores de idade não podem trabalhar. Se não ensinamos eles pequenos não é na maioridade que vão aprender, tudo se aprende de criança, a agricultura vai virar um asilo. Porque nossos filhos não vão querer passar o que estamos passando”.

No mesmo sentido, a senhora Marlise relata que “os filhos estudam até 18 anos, as leis não permitem que jovens trabalhem na agricultura antes dos 18 anos”. Outro caso observado nas entrevistas é o fato de se sentirem excluídos e, até mesmo, em ambientes sociais, como nos relatou o jovem Luís Fernando de 16 anos “não somos valorizados, trabalhamos no serviço duro, e na escola nos xingam de colonos, eles sabem que se não fosse a gente não iam comer” esse é apenas um dos exemplos em que jovens dizem se sentirem excluídos por outros setores da sociedade.

3.2 DEFINIÇÃO DE JOVENS

Nos últimos anos essa temática vem sendo foco de muitas pesquisas acadêmicas, debates em torno de conceitos, e de políticas desenvolvidas para esse grupo. Ao mesmo tempo em que essa categoria está associada à dimensão biológica representada por idades, também está entrelaçado aos padrões culturais que marcam essa fase, como o ciclo de vida no processo de socialização.

Para Ariés, o significado social de juventude tem variado ao longo do tempo e dos contextos, pois a consciência e o sentimento transformam-se de acordo com suas percepções de família e de sociedade. Sendo considerada uma fase complicada, onde o jovem tem que lutar em busca de seu próprio espaço, independente de seus pais.

Segundo Bourdieu, “juventude e a velhice não são dadas, mas construídas na luta entre jovens e velhos a relação entre idade social e idade biológica⁵⁸”. As fronteiras entre a juventude e a velhice são objetos de disputa em todas as sociedades, atributos específicos nas relações de dominação e de hierarquia que estruturam as posições sociais. Dentro dessa busca de espaço que muitos dos jovens entrevistados partem para centros urbanos, na tentativa de não mais depender de seus pais, principalmente na parte financeira.

No entanto não se pode classificar a juventude unicamente como “conflito” entre juventude e velhice.

No “caso de jovens rurais podemos entender que compartilham valores e uma cultura comum ao momento histórico em que vivem, situados na sociedade por sua condição juvenil. No entanto há uma especificidade que é vivenciar a mobilidade, espacial e simbólica, entre universos rurais e urbanos, expressado tanto na dinâmica cotidiana, como nas formulações de seus projetos de vida⁵⁹.”

Quando a classificação é feita de acordo com a faixa etária, há algumas diferenças em relação a este quesito. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, classifica como jovens, as pessoas com idade entre 15 anos e 24 anos. Para fins de políticas públicas, são considerados jovens, pessoas com idade entre 16 anos e 29 anos. O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) não explicita claramente a faixa etária do jovem. No Artigo 2º compreende a criança entre 0 e 12 anos de idade, adolescente de 12 aos 18 anos, e jovens até 21 anos. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) divide a juventude em dois períodos: adolescência dos 15 aos 19 anos e jovens propriamente dito dos 20 aos 24.

⁵⁸ BOURDIEU, 1984. (Apud REDIN, Ezequiel. **Entre produzir e reproduzir na agricultura familiar fumageira de Arroio do Tigre /RS**. 2011)

⁵⁹ WANDERLEY, 2005

Em se tratando de agricultura familiar, as políticas públicas são aplicadas especificamente para esse grupo compreende de “jovens” entre 16 e 29 anos podendo chegar até 32 anos. Percebe-se que a idade é o critério para definir fim da infância, adolescência e juventude. Nesta pesquisa utilizaremos a mesma definição de jovens usadas para elaboração de políticas para jovens rurais.

3.3. PERMANÊNCIA NO CAMPO.

Muitas pesquisas vêm sendo realizadas nas últimas décadas, com ênfase na juventude rural, tendo em vista a importância desses para o futuro da agricultura familiar, e a segurança alimentar em nosso país, geração de emprego e renda para estados e municípios. Pesquisas como as de Abramovay, que chama a atenção para o esvaziamento e envelhecimento do campo, juntamente com “um severo processo de masculinização⁶⁰ da juventude”⁶¹. Podemos perceber com essa pesquisa que o processo de esvaziamento no campo é algo que está bastante presente no município de Ituporanga, principalmente quando nos referimos ao sexo feminino. O número de mulheres que pretende continuar no campo é bem inferior ao número de homens, como veremos adiante.

Perguntamos aos jovens se gostavam de trabalhar na agricultura, diante das respostas ficou claro que jovens do sexo masculino tem mais apreço pelo trabalho agrícola que jovens do sexo feminino. A tabela a seguir traz o número total de pessoas que responderam o questionário, no qual manifestaram se gostam ou não das atividades agrícolas

Tabela 7. Agricultores que gostam ou não da atividade agrícola.

Sexo	Total de respostas	Gostam	Não gostam
Feminino	25	11	14
Masculino	29	23	6
Total	54	34	20

Fonte: Dados coletado pela autora

Podemos perceber que o que faz esses jovens deixar o campo não está necessariamente relacionado ao tipo de trabalho, pois dos 54 jovens que responderam o questionário, apenas 20 afirmam não gostar do trabalho agrícola, vale ressaltar que desses 20 jovens, 14 são do sexo

⁶⁰ A masculinização refere-se ao fato de ter muito mais homens, que mulheres.

⁶¹ ABRAMOVAY, Ricardo. Juventude e agricultura familiar: Desafio dos novos padrões sucessórios/Ricardo Abramovay...[et al] Brasília: Unesco 1998. P.16

feminino, acreditam que em centros urbanos terão chance de conseguir algo melhor, um trabalho mais rentável adquirindo sua independência financeira. A tabela seguinte traz os números de pessoas que pretendem deixar e as que pretendem ficar no campo, separados por sexo no total 54 jovens responderam.

Tabela 8. Jovens que pretendem sair ou ficar no campo

Sexo	Total de resposta	Ficar	Sair
Feminino	25	7	18
Masculino	29	18	11
Total	54	25	29

Fonte: Dados coletado pela autora

Percebe-se, através destas amostras, que o desejo de permanecer no campo é bem menor entre as mulheres do que entre os homens, entretanto; quando comparamos as duas tabelas percebemos uma grande diferença entre gostar da atividade desenvolvida e o desejo de permanecer nela, muitos jovens dizem que estão deixando o campo para buscar novas oportunidade nos centros urbanos. No entanto, nota-se entre os entrevistados quatro jovens que haviam deixado o campo e acabaram retornando, segundo esses jovens não conseguiram se adaptar ao modo de vida da cidade, a rotina diária, a agitação e o barulho.

Os motivos apontados para que esses jovens retornassem ao campo são “ Tive minha experiência na cidade e não gostei; ” “Na cidade é tudo muito caro”; “ Na cidade as coisas são muito caras, aqui na roça se você quer comer uma cebola, uma batata, um tomate, você vai no quintal e colhe, na cidade tem que comprar tudo”. Ainda é bastante comum entre os jovens agricultores de Ituporanga a crença que a cidade pode oferecer melhores oportunidades que o campo. A seguir alguns motivos apontado por jovens que pretendem deixar o campo:

“No campo é muito sofrido. Quem tem estudo vive bem lá na cidade, no campo é só sofrimento, vendo meus pais sofrendo sem dinheiro, descapitalizado, não podendo ajudar nossos pais” (Francieli, 16 anos)

“Por que não vejo futuro para mim no campo” (Daniele, 15 anos)

“ Estou fazendo a faculdade de direito, para não sofrer na roça como meus pais, trabalhando na terra de arrendeiros, não tem futuro nenhum. Meus pais sofrem muito. (Patrícia, 22 anos)

“ Admiro os jovens que pretendem continuar no campo, mas esse não são meus planos pois as pessoas que trabalham no campo têm uma realidade muito difícil, mas pouco valorizada”. (Débora Carolina, 16 anos)

“ Não me é atrativo hoje em dia é pouco valorizada e há oportunidade melhores na cidade” (Emmeli, 16 anos)

“Pois espero ter uma vida melhor lá na cidade, um bom emprego e um melhor acesso a uma faculdade”. (Gabriela, 16 anos).

O interessante é perceber que parte dos jovens associam os centros urbano como um local onde terão uma vida mais tranquila, assim muitos desses jovens veem a vida no campo como sofrimento. Quanto aos motivos para as jovens estarem deixando o campo, se deve ao fato de terem mais oferta de trabalho para moças, principalmente, no comércio ou em casas de família são os setores que mais empregam. Segundo o coordenador geral do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Alto Vale do Itajaí (SINTRAF AVI), as oportunidades para rapazes vêm se ampliando, principalmente na construção civil. Nicolau Kohn, afirma que muitas empresas têm preferência por jovens agricultores, ultimamente tem aumentado o número de jovens que estão deixando campo para ocupar essas novas vagas.

Outro motivo apontado pelos jovens para deixar o campo está a busca por cursos superiores⁶². Não houve por parte dos entrevistados a menção à dificuldade de acesso a ensino fundamental e médio, vale destacar que as localidades onde realizamos essas pesquisas ficam relativamente próximas ao centro e dispõe de transporte escolar.

Entre os entrevistados, a maior parte deles completaram o ensino médio completo ou estão estudando. Percebe-se através das respostas que o grau de instrução tem influência entre sair ou ficar, os que têm mais estudos acreditam ter maiores chances de adaptar-se à vida na cidade. A tabela a seguir traz o grau de escolaridade dos entrevistados:

Tabela 9: escolaridade dos entrevistados.

Escolaridade	Fundamental incompleto	Fundamental	Médio	Superior
Ficar	1	5	12	1 cursando
Sair	5	8	9	1

Fonte: Dados coletado pela autora

⁶² O que chamou a atenção foi o fato dos entrevistados terem preferências por área como direto, do que áreas ligadas a atividades agrícolas.

3.4. INCENTIVO PARA PERMANECER NO CAMPO.

Quando perguntado ao jovem se havia incentivo da família para permanecer no campo, 51,86% dizem não receber incentivo para prosseguir nas atividades agrícolas, 48,14% recebem incentivo da família para dar continuidade ao trabalho dos pais.

Já as mães perguntadas se incentivavam a permanência dos filhos ou filhas no campo, 47,48% disse não incentivar, pois acreditam que os filhos terão mais oportunidade de renda longe das atividades agrícolas, considerando as atividades na agricultura muito pesadas, com pouco retorno financeiro. Já 52,52 % disse incentivar seus filhos a permanecerem no campo, pois acreditam que no campo têm melhores chances, trabalhando em suas próprias terras. É importante destacar que a grande parte dos que incentivam essa permanência vem de pessoas que são proprietários de terras, pois querem que os filhos deem continuidade às atividades, mantendo as terras com a família. Já aqueles que não são proprietários de terras, apenas 20 % incentivam os filhos a permanecerem no campo, os outros 80% não incentivam os filhos.

Nesse ponto, vale salientar que muitos dos que incentivam os filhos a permanecerem na lavoura, acreditam que o grau de instrução, é algo bastante decisivo, pois em suas palavras não terão condições de competir com pessoas mais “instruídas”. A seguir, algumas respostas que demonstram essas posições:

“ me criei na roça não tenho estudo suficiente para pegar um emprego que venha cobrir as necessidades da minha família”(Edilvo, 38 anos).
 .“ Não penso em deixar o campo, pra ir pra cidade como não tenho tanto estudo dificultaria o acesso ao emprego”.(Venilda, não informou a idade)
 “...tenho pouca escolaridade, pretendo ficar no campo porque gosto de trabalhar na roça” (Rogério, 34 anos)

Entre os entrevistados, a grande maioria eram produtores de cebola e fumo como produtos principais, seguidos pela soja, feijão, milho e outros cultivavam legumes e frutas. O importante a destacar é que esses principais produtos cultivados necessitam de muita de mão de obra, visto que as épocas do plantio e colheita coincidem, no caso estamos falando do fumo e cebola. Sendo fundamental o uso da mão de obra familiar incluindo as dos adolescentes e jovens e mão de obra externa à familiar, no entanto boa parte dos entrevistados reclama da dificuldade encontrada para contratar, e até mesmo usar mão de obras dos filhos, pois segundo esses agricultores, os filhos estão proibidos de trabalhar antes dos 16 anos na cebola, e no caso do fumo é proibido antes dos 18 anos, por ser esta uma atividade nociva à saúde de crianças e adolescentes.

Do ponto de vista desses agricultores é importante que se aprenda desde cedo a trabalhar na lavoura, deixando os jovens preparados para assumir as atividades quando os pais não tiverem mais condições de trabalhar. Schneider⁶³, a iniciação das crianças e do “adolescente” no trabalho agrícola acaba adquirindo um sentido pedagógico e constitui-se no aprendizado fundamental para formação de novos profissionais do ramo agrícola.

Nota-se que muitos dos agricultores e agricultoras entendem o trabalho realizado por seus filhos e filhas, veem como uma forma de aprendizagem, como destacaremos. Segundo a opinião desses agricultores em relação ao fato de não poderem usar a mão de obra dos jovens:

“ como um jovem vai ficar na agricultura se não pode trabalhar antes dos 16 anos, depois não aprende mais” (Marcelo, 19 anos)

“ à Lei dá o direito de não trabalhar na agricultura antes dos 18 anos. Eu acho que um bom aluno tem que começar a estudar bem cedo iniciando no *jardim*, e na lavoura não é diferente, desde que não haja exploração, porque é de pequeno que se aprende a trabalhar na lavoura, porque após os seus 18 anos não vai gostar da agricultura porque está acostumado com a vida boa” (Edilvo, 38 anos)

“Podemos trabalhar só depois dos 18 se estamos estudando meio período porque não podemos trabalhar para ajudar nossos pais uma renda um pouco melhor? De onde vamos tirar os materiais, as roupas, os alimentos se não ajudamos? Deveríamos poder trabalhar sossegado e poder aprendermos a trabalhar desde criança, para aprender como se faz. ”(Luís Fernando, 26 anos)

Para Schneider, além do papel de socialização das crianças e “adolescentes” no processo de aprendizagem da profissão é também um ritual de seleção do futuro herdeiro da unidade familiar, pois na hora da escolha dos herdeiros os pais podem escolher, levando em conta a trajetória de cada filho, considerando as habilidades aprendidas desde a infância.

É importante salientar que a Constituição Federal de 1988 determina que a idade mínima para o exercício do trabalho seria aos 14 anos, o que foi alterado por uma Emenda Constitucional de 1998, aumentando a idade mínima para o trabalho para 16 anos exceção feita para aqueles que trabalharem com 14 anos de idade na condição de aprendiz.

No meio rural, especialmente na agricultura familiar, como há muito já foi definido por estudiosos do tema, refere-se ao uso de mão de obra familiar, não podendo ser caracterizado como trabalho infantil, nos termos definidos pela OIT:

Indica apenas que as crianças na faixa etária entre 5 e 15 anos que tem domicílio no meio rural e pertencem às unidades de agricultores familiares e exercem ajudas e

⁶³ SCHNEIDER, Sérgio. (2005), O Trabalho Infantil no Ramo Agrícola Brasileiro: uma apreciação do estudo da OIT. Porto Alegre: Instituto de Formação Sindical Irmão Miguel, Fetag-RS, Série Documentos Nº. 01. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/468.pdf>. Acesso em 14/abril/2015.

auxílios, não podem ser classificadas e comparadas as demais ocupações exercidas na forma de trabalho contratado.⁶⁴

A reclamação por parte de agricultores se deve ao fato das frequentes ações do Ministério do Trabalho e as dificuldades que encontram em se ajustar às exigências da lei. No caso se referem a NR 31 - Segurança e Saúde no Trabalho, na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura, nas palavras do coordenador do Sindicato da Agricultura Familiar, é impossível para o pequeno produtor atender todas as exigências, “NR31, também ela, foi feita, realmente, para não ser cumprida, não tem como cumprir mais de 200 itens em uma normativa.” Um dos itens dessa normativa refere-se ao uso de equipamentos de segurança pelo empregado, que devem ser fornecidos pelo empregador, no caso o agricultor. Diz o item 20 da NR31:

31.20 Medidas de Proteção Pessoal

31.20.1 É obrigatório o fornecimento aos trabalhadores, gratuitamente, de equipamentos de proteção individual (EPI), nas seguintes circunstâncias: a) sempre que as medidas de proteção coletiva forem tecnicamente comprovadas inviáveis ou quando não oferecerem completa proteção contra os riscos decorrentes do trabalho; b) enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implantadas; c) para atender situações de emergência.

31.20.1.1 Os equipamentos de proteção individual devem ser adequados aos riscos e mantidos em perfeito estado de conservação e funcionamento.

31.20.1.2 O empregador deve exigir que os trabalhadores utilizem os EPIs.

31.20.1.3 Cabe ao empregador orientar o empregado sobre o uso do EPI.⁶⁵

Esse é um dos pontos que o coordenador do Sindicato da Agricultura Familiar aponta como uma das grandes dificuldades que o agricultor familiar encontra para se adequar às normas trabalhistas. Segundo Nicolau Kohn (2014), o fornecimento dos equipamentos de segurança, é muito complicado para o agricultor familiar que contrata mão de obra por um curto período.

E a questão dos equipamentos [a maneira que] em uma empresa, o pessoal que vai trabalhar, vai ficar 10 anos lá, aí sim o patrão dá a luva e a máscara e os equipamentos, mas na agricultura é diferente, o trabalhador vai trabalhar um dia, dois, aí não tem como o patrão dá o equipamento. Aí nós trabalhamos pra que quem vai trabalhar por dia, que é o diarista, ele precisa ter seu equipamento, sua máscara, sua luva, sua botina, ele trabalha hoje com você, amanhã comigo e ele leva seu equipamento dele⁶⁶

⁶⁴ SCHNEIDER, OP.CIT. P.25

⁶⁵ Nr 31 - Segurança e Saúde No Trabalho Na Agricultura, Pecuária Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura 2005. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D2E7318C8012F53EC9BF67FC5/NR-31%20%28atualizada%29.pdf>. Acesso em 18/abril/2015.

⁶⁶ Nicolau Kohn, em entrevista concedida no dia 16 de outubro de 2014.

Isso tem levado muitos agricultores a diminuir a área plantada, onde são cultivados apenas o espaço que a família consegue dar conta de cumprir todas as exigências do Ministério do Trabalho, sendo motivo de muitas reclamações por parte dos agricultores. Isso, porque há fiscalizações e multas que vêm sendo aplicadas aos agricultores que não estão de acordo com as leis trabalhistas.⁶⁷

3.5 FISCALIZAÇÃO

A fiscalização trabalhista foi um ponto que muito dos agricultores citaram em diversos pontos do questionário. Dos 60 jovens que responderam, 15 apontaram a fiscalização como um problema para sua permanência no campo. Durante essa pesquisa de campos, tivemos contato com muitas famílias que nos relataram a forma truculenta em que foram abordados no momento da fiscalização, um problema que vem sendo questionado por diversos setores da sociedade.

No ano de 2013, o prefeito de Ituporanga foi a Brasília para tratar com o Ministro Manoel Dias, o problema da fiscalização nas lavouras de cebola na região. “de acordo com o prefeito, os auditores fiscais MTE tem atuado com muita rispidez, intimidando os produtores da microrregião”⁶⁸. Como ele mesmo afirmou em entrevista, “querem aplicar leis que não cabem à realidade que vivemos. E a maneira como fazem isso, não é a mais adequada”⁶⁹

A seguir, há alguns relatos feitos pelos agricultores como se sentem a respeito da fiscalização e a forma como são abordados: “Essa fiscalização que vem como se nossos pais fossem bandidos, um filho não pode mais ajudar o pai a trabalhar... me faz pensar em deixar o campo, porque na cidade pode trabalhar a partir dos 16 anos” (Carla Eduarda, 15 anos). Respondendo à questão 10⁷⁰ do questionário que está em anexo “a fiscalização porque somos tratados como bandidos, não estamos matando nem roubando, só queremos trabalhar sossegado” (Luís Fernando, 26 anos). “Na agricultura é muito difícil se manter... e com a fiscalização está mais difícil ainda” (Carlos Guilherme, 21 anos) “a falta de mão de obra, a fiscalização é muita cobrança sobre o agricultor”(Geane, 28 anos). É importante destacar o que falou a agricultora Geane, pois a falta de

⁶⁷ Muitos dos jovens entrevistados citam a fiscalização como um dos motivos de quererem deixar o campo. Nessa pesquisa de campo tive contato com muitos agricultores que relataram, a forma agressiva que vinham sendo feitas as fiscalizações. Muitos agricultores dizem sentirem-se intimidados com a presença da polícia Federal armada.

⁶⁸ Jornal Diário do Alto vale Edição 293. Disponível em: <http://www.diarioav.com.br/tag/ituporanga>. Acesso em 30/mai/ 2015

⁶⁹ Jornal Diário do Alto Vale.

⁷⁰ Na sua opinião qual o principal problema que leva o jovem a deixar o campo?

mão de obra e fiscalização, segundo ela, fazem com que agricultores evitem até mesmo a “troca de dias”⁷¹.

Portanto, há uma grande desconfiança dos agricultores em relação à forma de fiscalização, que estão evitando a contratação de mão de obra externa, priorizando principalmente a familiar. Pelo menos 7 dos agricultores dizem terem reduzido a área plantada, ficando com áreas que a família consegue dar conta.

Nos questionários aplicados às famílias (às mulheres, no caso) forneceram dados relativo ao tipo de mão de obra utilizadas nas propriedades. A tabela a seguir traz os dados colhidos entre as mulheres:

TABELA 10: tipo de mão de obra.

	Uso de mão de obra externa, no período do plantio e colheita	Uso exclusiva de mão de obra familiar
SIM	26	31
NÃO	31	25
Total	57	56

Fonte: Dados coletado pela autora

Entre os entrevistados, uma família usa exclusivamente mão de obra externa, a família tem outras ocupações, não ligadas às atividades agrícolas. Quanto à saída dos filhos do campo, entre as 54 mulheres que responderam o questionário, 15 afirmam que pelo menos um dos filhos deixará o campo para viver na cidade. Entre essas famílias, pelo menos, 10 dizem não terem nenhum filho no campo para dar continuidade às atividades desenvolvidas pela família. O problema sucessório nas atividades agrícolas no município de Ituporanga parece ser preocupação de algumas famílias.

A seguir, trechos que apontam nesse sentido. “a agricultura vai virar um asilo, porque nossos filhos não querem passar pelo que passamos”(Ana Paula, 29 anos). “ Aos poucos deixaremos de trabalhar na agricultura e teremos que vender o terreno” (Selma, 58 anos). “Não haverá mais continuidade dessa atividade em nossa família” (Eliandra, 29 anos). “Tenho duas filhas e nenhuma delas quer continuar na roça, ficamos sem alternativa” (Iraci, 48 anos).

⁷¹ A troca de dias é bastante comum entre os pequenos agricultores, onde um agricultor ajuda o outro, quando esse precisa terminar um trabalho, depois o outro paga em forma de serviço, assim evitam ter que pagar em dinheiro pelo dia trabalhado. Alguns agricultores dizem estar evitando esta forma de empreitada, evitando problemas com a fiscalização.

Dentre os muitos problemas que o agricultor ituporanguense enfrenta, 60% dos entrevistados relatam o fato dos insumos agrícolas serem muito caros, o preço do produto muitas vezes mal dá para pagar as dívidas, restando muito pouco para se manterem durante o ano. Muitos dos agricultores que cultivam cebola e fumo relatam que nas últimas safras tiveram que tirar parte do lucro da cebola para pagar as dívidas da safra de fumo, pois como afirma o agricultor Edilvo. “Temos nosso produto, mas as empresas não pagam o valor justo, e se dizemos que não aceitamos, eles dizem: então fique com ele, então você se obriga a vender, isso no caso do fumo, já a cebola as cerealistas é quem mais lucra”. Diante das dificuldades enfrentadas muitos agricultores acabam indo buscar na cidade algo mais rentável, apesar do cultivo da cebola se encaixar dentro do programa do preço mínimo desenvolvido pelo Governo Federal, no caso da cebola o agricultor não recebe menos que 70 centavos o kg, preço que mal cobre os custos dos insumos, ficando sem receber por seu trabalho. Muitos dos jovens acabam indo embora.

Visando diminuir a migração de jovens do campo para a cidade, são criados diversos programas e políticas públicas voltadas, especificamente, para esse grupo social. Tais como: NOSSA PRIMEIRA TERRA; PRONATEC; PRONAF-JOVEM, O PROJOVEM CAMPO – SABERES DA TERRA; entre outros.

3.6 PROGRAMAS DE INCENTIVO

Nossa Primeira Terra é um programa do Governo Federal que visa dar a jovens agricultores e agricultoras a possibilidade de adquirir seu imóvel rural, facilitando, assim, sua permanência no campo. Esta linha de crédito é voltada prioritariamente para jovens entre 18 e 28 anos, sendo que 30% dos jovens podem ter até 32 anos. Os financiamentos são obtidos com juros de 1% ao ano, com até 35 anos para o pagamento. A falta de acesso à terra é um dos grandes motivos que levam o abandono do campo por famílias de agricultores, mas principalmente do jovem, como já destacamos acima, 80 % dos entrevistados não incentivam os filhos e filhas a permanecerem nas atividades agrícolas.

Entre os programas de financiamento para jovens rurais destacamos o PRONAF-JOVEM, destinado a jovens de 16 a 29 anos de idade que preenchem os requisitos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA). Esta linha busca incentivar o desenvolvimento de novas atividades geradoras de renda, desenvolvidas na família, melhoria da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários no estabelecimento rural de interesse do jovem agricultor. Sendo o limite para essa de até R\$

15.000,00, em até 3 operações. 1% ao ano. Com prazo de até 10 anos para o pagamento, incluídos até 3 anos de carência.⁷²

3.7 EDUCAÇÃO

Um dos programas de governo que visam qualificar jovens agricultores, e a fixação do jovem no campo é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, (PRONATEC CAMPO), criado pelo governo federal em 2011, tem por objetivo capacitar o jovem agricultor, promovendo um espaço de qualificação profissional de agricultores e agricultoras, integrando as demais políticas de desenvolvimento rural sustentável e solidário.⁷³ O Ministério da Educação (MEC) é o proponente desta política, o qual conta com uma rede de parceiros ofertantes dos cursos: os Institutos Federais (IFs), Cefets, Escolas Técnicas vinculadas às Universidades, Sistemas Estaduais, Municipais e Distrital de Educação, o Sistema “S” (Senar, Senai, Senac) e instituições privadas. A ideia é capacitar jovens para agregar conhecimentos sobre atividades exercidas no campo, de forma a aumentar a renda familiar, para que possam permanecer no campo e motivados.⁷⁴

O PRONACAMPO, o programa tem por objetivo apoiar técnica e financeiramente estados e municípios para implementação das políticas de educação no campo, visando a ampliação e a qualificação da oferta de educação básica e superior por meio de ações para a melhoria das redes públicas de ensino. Com formação e capacitação de professores já que no ano do lançamento do programa em 2012, “na área rural, 46,8% dos professores não tem licenciatura⁷⁵” e também a disponibilização de material específico aos estudantes do campo.

Ainda falando em educação, no ano de 2002 é implantado no município de Ituporanga a CASA FAMILIAR RURAL, construída em parcerias com o município, com recursos do Governo Federal/PRONAF, a construção tinha por objetivo oferecer aos jovens rurais uma formação integral, adequada a sua realidade, que lhes permitissem atuar no futuro como profissionais e empreendedores no meio rural. A casa deveria atender em torno de 75 alunos por ano, no entanto a procura por essa forma de ensino foi bastante reduzida, apesar dos esforços, em 2004 a instituição é

⁷² Banco do Nordeste. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/documents/165130/228956/tabela_dos_grupos_10_2014.pdf/ea3e714f-dcf0-43a7-b194-140b20288ae5. Acesso em 25/maio/2015.

⁷³ Ministério Do Desenvolvimento Agrário, (MDA). Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_23/cartilha%20PRONATEC_baixa.pdf. Acesso em 24/maio/2015.

⁷⁴ PRONATEC. <http://www.pronatec2014.com.br/cursos-pronatec-senar-sc-2014>. Acesso

⁷⁵ PORTAL MEC. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17608:programa-implementara-educacao-do-campo-e-atendera-76-mil-escolas&catid=208. Acesso em 25/maio/2015.

fechada por falta de alunos, e uma grande dificuldade de contratar professores. Não houve uma boa aceitação por parte da família desses jovens, que ficavam uma semana alojados e outras duas aplicando esse conhecimento no campo. No entanto, os pais não estavam aceitando muito bem essa condição, pois precisavam dessa mão de obra.⁷⁶ Atualmente a antiga Casa Familiar Rural abriga uma creche que atende a comunidade do Bairro Cerro Negro.

Outro programa que tem grande aceitação e ajuda a fixar o jovem no campo é o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), é parte integrante do Programa Minha Casa Minha Vida e objetiva subsidiar a produção ou reforma de imóveis aos agricultores familiares e trabalhadores rurais, por intermédio de operações de repasse de recursos do Orçamento Geral da União ou de financiamento habitacional com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

O enquadramento é que ele tenha uma renda de até 25 mil reais por ano na “ADAP” na verdade é um público com renda bastante baixa até 25 mil por ano. E ele estando dentro desse público, a gente encaminha o processo, vai para Caixa Econômica, e automaticamente ele recebe um subsídio de vinte oito mil e quinhentos, e devolve para o governo federal 4% do total do projeto. “Tem um pequeno custo para o agricultor”. Temos também um outro público, acima de 25 mil até 51 mil na “ADAP” de renda, ele que se encaixa no G2, que a gente faz também o projeto e o processo, aí ele tem um subsídio de sete mil e seiscentos e dez e financia trinta mil, para deixar sua casa pronta. Financiamento que se paga em 10 anos, o problema é que o juro é um pouco alto, 5% por cento de juro nesse caso. E também tem um outro grupo de 51 mil até 100 mil na ADAP, que se enquadra no G3, aí ele não tem subsídio nenhum, mas financia conforme cadastro bancário, ele financia sua propriedade e paga também em 10 anos⁷⁷.

A fixação do jovem no campo foi uma das preocupações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituporanga, quando foram entregues as primeiras casas no município, em entrevista ao jornal da FETAESC, “avalia como um grande incentivo para o meio rural e a permanência do jovem no campo.”⁷⁸

⁷⁶ Informações obtidas através da secretaria EJA de Ituporanga.

⁷⁷ Dado obtidos através da entrevista concedida por Nicolau Kohn.

⁷⁸ Jornal FETAESC. Disponível em: www.fetaesc.or.br/noticias/solenidade-em-ituporanga. Acesso em 30/mai/2015.

A seguir algumas imagens de casas construídas no município de Ituporanga:

Imagens7 - casas construídas através do PNHR.



FONTE: Redes sociais de pessoas beneficiadas com o programa.

Imagens 8 - casas construídas através do PNHR.



FONTE: Redes sociais de pessoas beneficiadas com o programa.

Durante essa pesquisa, ficou demonstrada a importância que os programas de apoio á agricultura familiar tem na permanência das famílias na agricultura, das 64 famílias que

responderam o questionário, 80% já se beneficiaram com algum programa, ou do PRONAF. É importante destacar que houve uma grande melhora na vida do agricultor familiar, no entanto ainda é preciso um grande investimento neste setor da agricultura, pois se compararmos os investimentos para o agronegócio, ainda é bem superior aos destinado à agricultura familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O meio rural sofreu e continua sofrendo grandes transformações, primeiro: com a saída de famílias inteiras, principalmente, na década de 1970 com a modernização do campo, onde muitas famílias acabaram perdendo suas terras e migrando para centros urbanos, aumentando o número de favelas. Nos dias atuais, é mais comum a migração do jovem, principalmente, do sexo feminino, ocorrendo o que chamou Abramovay de masculinização do campo.

Nessa pesquisa podemos perceber que a saída ou a intenção de deixar o campo, é bem maior entre as jovens agricultoras do que entre agricultores do sexo masculino. Nos últimos anos muitas políticas públicas foram e estão sendo implementadas para melhorar a condição de vida dos jovens agricultores, e assim garantir o futuro da agricultura familiar, tão importante para a economia do país, estados e municípios. Para o município de Ituporanga essa atividade agrícola de base familiar corresponde a 36% da arrecadação municipal.

É importante destacar, que nos últimos anos, o investimento na agricultura familiar aumentou significativamente, no entanto, ainda há muita coisa que precisa melhorar, entre todas as coisas que precisam melhorar está relacionado à aquisição de terras, pois continua sendo um dos fatores que levam muitas famílias de agricultores a deixarem o campo, mais precisamente os jovens.

Nessa pesquisa, um ponto importante destacado pelas famílias, está a questão da posse da terra. Um número significativo de agricultores que não possuem terras não pretendem mais continuar com essa atividade, portanto trabalham de meeiros, arrendatários ou parceiros, 80% não incentivam a permanência de seus filhos e filhas no campo. Uma solução para amenizar esse problema está na facilitação para o jovem adquirir um pedaço de terra. Agricultores com mais idade e menor escolaridade tende a ficar mais no campo, muitos por acreditarem não ter tantas oportunidades em centros urbanos, outros pela ligação afetiva que tem pela vida no campo. Como afirma o agricultor Edivaldo: “lucro não dá, mas vivemos tranquilos aqui na roça”.

Entre os mais jovens, principalmente entre adolescentes que frequentam escolas, dizem sofrer com preconceito por parte de outros adolescentes, dizem sentirem-se desvalorizados. Entre as jovens a busca de oportunidades em centros urbanos, a oportunidade de ter seu próprio dinheiro, comprar uma roupa, um sapato, itens que em muitos casos só podem ser feitos em períodos de safras.

Outro ponto que merece destaque é a criação de leis que são aplicadas ao campo, onde impossibilita o agricultor familiar de desenvolver suas atividades, o caso da NR31, que trata das obrigações que o agricultor deve cumprir ao contratar mão de obra externa. O descumprimento das regras acarreta em altas multas, fazendo com que agricultores venham abandonar o campo.

O objetivo desta pesquisa foi compreender quais os motivos que levam o jovem do município de Ituporanga a deixar o campo. As razões apontadas são variadas, mas busca por uma vida melhor financeiramente, por estudo e lazer. Muitas das jovens afirmam não ter diversão, tendo que se deslocar para a cidade para isso.

A relevância desse estudo sobre êxodo rural dos jovens está o fato que essas pessoas serão o futuro da agricultura familiar, que responde hoje pela maior parte da alimentação da população brasileira. Somente conhecendo os anseios desse grupo, pode-se desenvolver políticas que contemplem as necessidades da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo, **paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: HUCIEC,1992.

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Brasília/DF: IPEA, 1999.

ALTAFIN. Iara. G. **Sustentabilidade, políticas públicas e agricultura familiar: uma apreciação sobre a trajetória brasileira**. Brasília: UnB, 2003. 255f. Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável.

BRASIL, Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Diário Oficial da União, dia 25/mai/2015.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravo ou camponês? Protocampesinato Negro nas américas**. São Paulo: Brasiliense,1986.

EMBRAPA. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. Brasília: Serviço de produção e informação (SPI/EMBRAPA), 1999.

FERRARI, Dilvan Luiz. **Agricultura familiar, trabalho e desenvolvimento no oeste de Santa Catarina**. Campinas, 2003. 194 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia

FAO/INCRA, 1994b. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento**. Brasília, FAO/INCRA, Versão resumida do relatório final do projeto UTF/BRA/036, 24 p.

NCRA/FAO. **Perfil da agricultura familiar no Brasi: dossiê e estatísticas** . Brasília, 1996

INCRA/ FAO.**Novo Retrato da Agricultura familiar o Brasil Redescoberto** . Brasília: MDA, 2000.

GUANZIROLI, Carlos E. **agricultura familiar e reforma agraria no século XXI/ Carlos E. Guanzirolí...[etal.]**. Rio de Janeiro: Garamond,2009.

GUANZIROLI, C. H. e CARDIM, S. E. (Coord.) **Novo Retrato da Agricultura Familiar – O Brasil Redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília, fevereiro, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp, 1999.

GRISA.C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2012.

KOCH, Dorvalino; MOMM, João. **Famílias pioneiras de Salto Grande**. Ituporanga: [s.n.], 1985(Joinville: Impressora Ipiranga) 96p

KOCH, Dorvalino.E. **Ituporanga: na sua Tradição e Progresso**. Brusque: Mercurio, 1999.35P

LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: UNICAMP, 1998.

LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar: Comparação Internacional**. Tradução: ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis; editora vozes, 1986

PLANO NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR. **O Pronaf e a agricultura familiar catarinense**. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 2002.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito; a resistência negra no Brasil**. 2ª edição. São Paulo. Editora companhia das letras, 2005

SENS, Aracy Santos. **Ituporanga 100 anos de História: 1912/2012**. Organização de Luciana Eifler. 1. ed. Rio do Sul: Ed. Nova Era, 2012.

SENS, João Nicolau. **FAMILIA SENS: uma história para se contar/ João Nicolau Sens**. Florianópolis 2005.

SCHNEIDER, Sergio. (Org.) **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Tese de Doutorado em Sociologia Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre:UFRGS. 80 p., 2000.

SHIMITZ,H; MOTA,D.M. **Agricultura familiar, elementos teóricos e empíricos**.(in) Shimitz (orgs)São Paulo: Annablume 2010. .

TEDESCO, João Carlos. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. Ed. Passo Fundo: EDIUPF, 2001. 405p.

VEIGA, J. E. da et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília, CNDRS/MDA/NEAD, 2001, 107 p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidades/** Maria de Nazareth Baudel Wanderley. Editora UFRGS, 2009. P.156

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **A agricultura Familiar Realidade e Perspectiva**. 2a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.

VANDERLINDE, Tarcísio. **Camponeses: um olhar nos primórdios da modernidade**. Revista Cantareira, n. 5, vol 1, ano 2, abr- ago 2004.

Websites

AMARAL, Luis. **História geral da agricultura Brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958 volume 1. P.114. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/historia-geral-da-agricultura-brasileira-v1/pagina/114/texto>.

AMAVI- associação dos municípios do Alto vale do Itajaí. Disponível em <http://www.amavi.org.br/perfil&municipio=420850> Acesso em:05/ Set/2014.

BIROLO, Beatriz Bez. **A cultura da cebola em Santa Catarina**: caracterização de sua cadeia produtiva. Florianópolis, SC, 2011. 73f. TCC (Graduação em Agronomia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, 2011 Disponível em: <http://www.tcc.cca.ufsc.br/agronomia/2011/ragr226.pdf>

BRASIL, Presidência da República. Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: www.pronaf.gov.br. Acesso em 24 fev. 2015.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. HTTP//www.ipea.gov.br.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 set.2014.

REDIN, Ezequiel. **Entre produzir e reproduzir na agricultura familiar fumageira de Arroio do Tigre /RS**. 2011. Disponível em: http://cascavel.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3651

SCHNEIDER, Sérgio. **O Trabalho Infantil no Ramo Agrícola Brasileiro: uma apreciação do estudo da OIT**. Porto Alegre: 2005 Instituto de Formação Sindical Irmão Miguel, Fetag-RS, Série Documentos Nº. 01. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/468.pdf>.

ANEXO 1

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Questionário para jovens.

Nome:

idade:

sexo: M () F ()

1- Gosta de trabalhar na agricultura?

A) () sim

B) () Não

2- Pretende continuar no campo?

A () sim

B () não

Explique

3- Qual sua escolaridade?

4- Você conhece algum parente ou amigo que tenha deixado o campo recentemente?

A () sim

B () não

5- Sua família incentiva você a ficar no campo?

A () sim

B () não

6- O que te faria pensar em deixar o campo?

7- A fonte de renda da propriedade de onde?

A () cebola

B () fumo

- C () milho
- D () feijão

8- Você acha que falta políticas públicas que incentive o jovem a permanecer no campo?

- A () sim
- B () não

9- Na sua opinião o que deveria mudar para melhorar a vida do jovem agricultor?

10- Na sua opinião qual o principal problema que leva o jovem a abandonar o campo?

- A () a pouca renda
- B () dificuldade de acesso a educação
- C () a falta de acesso ao lazer
- D () tipo de trabalho

